

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a JUNHO de 2025


5923


6009


41329


46059

Classificação: Setorial



Sumário

1. Introdução.....	2
2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS.....	3
3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.....	10
4. Resultado dos Planos.....	11
5. Custos com a Administração dos Investimentos	21
6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes	22
7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	26
8. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária	30
9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade	40
10. Governança e Planejamento Estratégico:	50
11. Recomendações do Conselho Fiscal.....	51
12. Conclusão	53
13. Documentos de Referência.....	55
14. Glossário de Termos	55



1. Introdução

A Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, dispõe:

Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I – devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas;

II – devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Adicionalmente, o artigo 7º da referida Resolução dispõe:

Art. 7º. A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.

Nesse sentido, o sistema de controles internos é fundamental para assegurar a integridade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais e tomadas de decisão respaldadas por informações confiáveis. Outrossim, o relatório de controles internos emitido pelo CFE - Conselho Fiscal da Eletros considera o fluxo de informações referentes ao 1º semestre de 2025.

Em 2024 foram mapeados e definidos os requisitos essenciais com vistas à definição do Plano de Trabalho Anual do CFE para o exercício de 2025. Este Plano de Trabalho se traduz em um roteiro de atividades e ações para o Conselho Fiscal com a finalidade de assegurar que as funções de supervisão e controle das finanças e da gestão da Fundação sejam exercidas de maneira eficiente, sistemática e em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis.

↓
5923
GB
6009
JF
41329
WF
46059

Assim, o Plano de Trabalho Anual do Conselho Fiscal aprovado na 486ª RCFE, realizada em 16/12/2024, foi cumprido, naquilo que é aderente ao período em análise (janeiro a junho/2025), atendendo a seu objetivo de:

- Definir claramente quais atividades serão realizadas e em que ordem, garantindo que todos os aspectos relevantes, de responsabilidade do CFE, sejam cobertos ao longo do ano.
- Fornecer uma visão clara das ações planejadas, o que permite adequada prestação de contas e transparência perante os membros da Fundação, participantes, patrocinadoras e outros stakeholders.
- Planejar as avaliações e exames a serem efetuados pelo colegiado para as revisões de relatórios financeiros e de mecanismos de controle, assegurando que a gestão esteja em conformidade com as políticas internas e a legislação vigente.
- Estabelecer procedimentos para verificar e garantir que a Fundação identifique e mitigue riscos financeiros e operacionais.
- Estabelecer procedimentos para identificar oportunidades para melhorar a eficiência e eficácia da gestão.
- Propor procedimentos para que a Fundação estabeleça práticas e métodos que visem o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares nos prazos estabelecidos, evitando penalidades e outras consequências negativas.
- Prover mecanismos para avaliar continuamente o desempenho financeiro e operacional da entidade, possibilitando ajustes e melhorias contínuas.
- Assegurar que todas as atividades e decisões do CFE sejam respaldadas em Relatórios Gerenciais formalmente emitidos pela Fundação, e consequentemente sejam devidamente documentadas e arquivadas, criando um registro histórico que possa ser consultado futuramente.

Por fim, observadas as premissas expressas na Resolução CGPC nº 13/2004, o Conselho Fiscal da Eletros elaborou este Relatório de Controles Internos por onde manifesta os resultados pertinentes ao período do 1º semestre de 2025, considerando as ações que foram debatidas e analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho, bem como o acompanhamento sobre as recomendações emanadas pelo Colegiado a respeito de eventuais deficiências, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

A habilitação, a certificação e a qualificação são disciplinadas pela Resolução CNPC nº 39, de 30 de abril de 2021, e pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023. De acordo com o artigo 8º, da CNPC nº 39, o Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da Entidade em relação aos processos de habilitação, certificação e qualificação.

Cabe destacar que a certificação é atestada por meio de processo realizado por instituição certificadora autônoma reconhecida pela PREVIC. Já a habilitação é realizada pela PREVIC conforme Resolução PREVIC 23/2023, que define critério para segmentação das Entidades

Fechadas de Previdência Complementar (EFPC); a Fundação Eletros está enquadrada no segmento 2 (S2-Entidades com porte e complexidade intermediários, supervisionadas periodicamente, podendo ser permanente em caso de alto risco). A Resolução PREVIC nº 23 trouxe alteração importante ao determinar que a partir de setembro de 2023, a Entidade deverá enviar à Previc, para fins de habilitação, a documentação comprobatória de atendimento aos requisitos exigidos para o exercício dos cargos definidos na legislação.

A qualificação é o processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na entidade.

Outrossim, de acordo com o MEMO-SEG-002/2025 de 08/09/2025 e respectivos anexos, da Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo - SEG, as habilitações, certificações e qualificações dos Conselheiros, Dirigentes e profissionais de investimentos encontram-se regulares em relação ao período de janeiro a junho de 2025 quanto às informações acompanhadas pela Secretaria de Governança e de acordo com a Resolução CNPC nº 39/2021 e Resolução PREVIC nº 23/2023, conforme se verifica(m) o(s) demonstrativo(s) constante do material basilar.

Neste contexto, o Conselheiro Deliberativo suplente Marcelo Ferreira teve a sua documentação completa acolhida pela Secretaria de Governança que informou a entrada no processo de certificação por experiência do ICSS em 30/08/2024, contudo o Conselheiro não conseguiu obter a certificação naquele momento, cujo resultado saiu em 19/11/2024. Até o presente momento, o Conselheiro não informou à SEG qual das opções disponíveis utilizará para conseguir a sua certificação. O Conselheiro Marcelo Ferreira não tem participado das reuniões do CDE, não atua e não pode atuar até obter a certificação e, portanto, está com a habilitação suspensa, na forma da legislação vigente.

Ainda, de acordo com o mesmo Memorando, os Certificados e os dados dos Conselheiros e Dirigentes estão cadastrados tempestivamente no Cadastro Nacional de Dirigentes - CAND junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em atendimento à obrigação legal, atividade realizada pela SEG. Destaca-se que a Resolução Previc 23/2023, que começou a vigor em 01/09/2023, voltou a prever a possibilidade da certificação por experiência.

O MEMO-SEG-002/2025 de 08/09/2025, destaca ainda, que os conselheiros que tomaram posse em 11/12/2024, sem sua certificação, terão até o dia 10/12/2025 para obtê-la, conforme Art. 5º. da Resolução CNPC Nº 39, de 30 de março de 2021, a seguir transcrito para pronta referência:

Art. 5º. Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

I - membro da diretoria-executiva;

II - membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;

III - membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e

JL 5923
GB 6009
JJ 41329
WF 46059

IV - demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

§1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o administrador estatutário tecnicamente qualificado e as pessoas relacionadas no inciso IV do caput deste artigo, que deverão estar certificadas previamente ao exercício dos respectivos cargos (grifo nosso).

A suplente do Conselho Deliberativo, Kathia Pimentel, deixou de ser participante da ELETROS ao se desligar do Plano BD Eletrobras, o que ocorreu em 31/08/2025. Por essa razão, conforme prevê Art. 28 do Estatuto Eletros, transcrito abaixo, Kathia Pimental deixou de ser Conselheira.

Segue, transcrito abaixo, o Art. 28 do Estatuto:

Art. 28. Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos casos previstos neste Estatuto, no Regimento Interno, na legislação e na hipótese de deixarem de ser participantes da ELETROS, excetuado neste último caso, o membro do Conselho Deliberativo que tenha sido indicado sem ser participante da ELETROS, nos termos do disposto no artigo 26, parágrafo 1º.

O Conselho Deliberativo da Eletros - CDE foi comunicado sobre estas situações e foram adotados os procedimentos previstos na Resolução Previc 23/2023, trechos a seguir transcritos:

Art. 30. Fica suspensa a habilitação do dirigente:

I - durante o cumprimento de penalidade administrativa de suspensão;

II - enquanto não apresentado o certificado exigido para o exercício do cargo ou função, na hipótese de não encaminhamento no prazo regulamentar, até o seu vencimento.

§1º O disposto neste artigo independe de notificação específica da Diretoria de Licenciamento.

§2º É vedado ao dirigente exercer as atribuições do cargo ou função na EFPC durante a suspensão da habilitação.

Art. 31. Deve ser cancelada a habilitação do dirigente:

I - com o afastamento definitivo do cargo ou função;

II - em virtude de condenação judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar que determina a perda do mandato;

III - em decorrência de penalidade de inabilitação confirmada pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar; ou

IV - quando constatada falsidade de declaração ou de quaisquer outros documentos apresentados pelo requerente ou, ainda, a ocorrência de vício insanável a que deu causa no processo de habilitação.

5923
6009
41329
46059

§1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput o cancelamento da habilitação depende de procedimento administrativo prévio e específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§2º **É vedado ao dirigente exercer as atribuições do cargo ou função na EFPC após o cancelamento da habilitação.**

Art. 32. **O órgão estatutário competente da EFPC deve instaurar regular procedimento interno para apurar eventual descumprimento, pelos dirigentes, dos requisitos exigidos nesta Resolução para o exercício de cargo ou função** (Grifos nossos).

Com a renúncia do Conselheiro efetivo Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira, por motivos particulares, em 30/04/2025, foi indicado pela Patrocinadora Eletrobrás o Conselheiro efetivo Wanderson Luiz Lopes Fortunato, nomeado em 04/07/2025, e este já tinha certificação válida até 18/08/2027.

A Sra. Szieti Ferreira da Silva, Conselheira suplente nomeada em 28/03/2025, mediante seu Atestado de Habilitação emitido no dia 27/03/2025, era certificada pelo ICSS em 2023, mas como não houve renovação, ela precisaria ser certificada na modalidade de sua preferência, dentre aquelas válidas e oferecidas, até 27/03/2026, no entanto, em 29/07/2025, por motivos particulares, ela renunciou ao cargo.

A seguir, encontram-se os quadros de habilitação e números dos Certificados (certificações) vigentes, que contêm também os dados relativos aos Conselheiros que iniciaram seus mandatos nos dias 11/12/2024 e 24/01/2025.

QUADRO 2.1 – HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – CONSELHO DELIBERATIVO

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em SETEMBRO/2025								
ÓRGÃO: CONSELHO DELIBERATIVO								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Aline Braz Miranda Sá – Conselheira Efetiva - Presidente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	EA11213	17/04/2024	17/04/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Marcelo Santos Ferreira - Conselheiro Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	(**) Em andamento – Habilitação suspensa	-	-	-
Álvaro Pintos Fonseca Neto - Conselheiro Efetivo	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	PA0009416	24/11/2024	24/11/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Paulo Roberto Nunes Mandarino – Conselheiro Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	PA0011429	24/07/2024	24/07/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Ailton Andrade – Conselheiro Efetivo	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	EA08456	02/10/2023	02/10/2026	ICSS - Ênfase em Administração
Kathia Pimentel – Conselheira Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027, mas em 31/08/2025 deixou de ser participante e, por isso, não é mais Conselheira	(**)Habilitação suspensa até a data que deixou de ser Conselheira.	-	-	-

Quadro 2.1 - HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – CONSELHO DELIBERATIVO (continuação)

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em SETEMBRO /2025								
ÓRGÃO: CONSELHO DELIBERATIVO								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
André da Cruz Soares da Costa – Conselheiro Efetivo	11/12/2024**	30/11/2028	20241122	30/11/2028	-	-	-	-
Luiz Carlos de Oliveira Costa - Conselheiro Suplente	27/12/2024	30/11/2028	20241153	30/11/2028	PA0009544	26/11/2024	26/11/2027	ICSS (Prova online) - modalidade Capacitação - Ênfase em Administração
William Manoel Souza – Conselheiro Efetivo	24/01/2025	30/11/2028	20241154	30/11/2028	EA03847	25/11/2024	25/11/2027	ICSS - (Prova online) - modalidade Capacitação - Ênfase em Administração
Pablo Espindola da Silva Borges - Conselheiro Suplente	11/12/2024	30/11/2028	20241088	30/11/2028	CA10086	23/01/2023	23/01/2026	ICSS - Prova modalidade Capacitação - Ênfase em Administração
Rodrigo Dias Ramires - Conselheiro Efetivo	11/12/2024	30/11/2028	20241074	30/11/2028	Ca08343	20/08/2023	20/08/2026	ICSS (Prova modalidade Capacitação) - Ênfase em Administração
Alberto Sergio Kligerman – Conselheiro Suplente	11/12/2024**	30/11/2028	20241069	30/11/2028	-	-	-	-

Fonte: MEMO-SEG-002/25 DE 08/09/2025

QUADRO 2.2 – HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – CONSELHO FISCAL

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em SETEMBRO /2025								
ÓRGÃO: CONSELHO FISCAL								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc – Conselheiro Efetivo - Presidente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	CA07891	26/09/2022	26/09/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Paula Barbosa – Conselheira Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	CPA 20 Controle J4F4-R3F3-L122	05/07/2024	05/07/2027	CPA-20 ANBIMA
Wanderson Luiz Lopes Fortunato - Conselheiro Efetivo	04/07/2025	31/08/2027	2025435	31/08/2027	Ca09223	18/08/2024	18/08/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Szietli Ferreira da Silva - Conselheira Suplente	28/03/25	31/08/27	2025157	31/08/2027, mas em 29/07/2025 renunciou ao cargo	-	-	-	-
Juvenor Pereira da Silva Júnior – Conselheiro Efetivo	11/12/2024	30/11/2028	20241089	30/11/2028	EA12012	19/08/2025	19/08/2028	ICSS - Ênfase em Administração
Rosane Barboza da Silva - Conselheira Suplente	11/12/2024	30/11/2028	20241057	30/11/2028	EA03766	10/04/2024	10/04/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Gustavo Botrel Coutinho de Melo - Conselheiro Efetivo	11/12/2024	30/11/2028	20241093	30/11/2024	EA04166	28/02/2024	28/02/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Marcio Kennedy de Almeida - Conselheiro Suplente	24/01/2025	30/11/2028	20241094	30/11/2024	PA0009418	15/06/2024	15/06/2027	ICSS (Prova) - Ênfase em Administração

Fonte: MEMO-SEG-002/25 DE 08/09/2025

Obs. *: até 01/09/2023 as habilitações dos membros dos Conselhos eram realizadas pela entidade, conforme legislação vigente.

** Prazo para apresentar a certificação dos novos Conselheiros não certificados: até 1 ano contado da data de nomeação.

QUADRO 2.3 – HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – DIRETORIA EXECUTIVA

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em SETEMBRO /2025								
ÓRGÃO: DIRETORIA EXECUTIVA								
MEMBRO DA DIRETORIA	MANDATO		HABILITAÇÃO PREVIC		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Pedro Paulo da Cunha Presidente	12/11/2022	11/11/2025	Nº: 2022.540	11/11/2025	PA06243	04/08/2023	04/08/2026	ICSS - Ênfase em Administração
Carlos Eduardo Brasil Pereira - Diretor de Benefícios Previdenciários	03/05/2023	02/05/2026	Nº: 2023.261	02/05/2023	EA05501	30/11/2022	30/11/2025	ICSS - Ênfase em Administração
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto - Diretor Financeiro	01/09/2023	31/08/2026	Nº: 2023.337	18/12/2025	PI00617	18/12/2022	18/12/2025	ICSS - Ênfase em Investimentos

Fonte: MEMO-SEG-002/25 DE 08/09/2025

De acordo com a Resolução CNPC 39, Art. 5º, será exigida a certificação para:

III - membros dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e

IV - demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

QUADRO 2.4 – CERTIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS/MEMBROS DE COMITÊS

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC
Bruno Sardinha Lopes	Gerente da Gerência Atuarial - membro do CI e coordenador do CGP	ICSS - Administração	16/04/2024	16/04/2027	16/04/2025
Joana Machado Souza Silva	Atuária Sênior/membro CI	CPA-20 - ANBIMA	06/12/2024	06/12/2027	-
Gabriel Pereira Neto	Analista de Investimento Júnior	CEA AMBIMA	14/09/2023	14/09/2026	-
Felipe Correa Teixeira	Analista de Investimento Pleno	CPA-20 AMBIMA	30/10/2023	30/10/2026	-
Marcelo Gouveia	Especialista/membro do CI	CNPI/APIMEC	04/10/2022	04/10/2027	-
Max Leandro Ferreira Tavares	Gerente da Gestão de Investimentos - coordenador do CI e membro do CGP	ICSS com Ênfase em Investimentos/CVM	01/01/2023	01/01/2026	31/12/2025
Adriana Riva Mezabarba	Gerente da Gestão de Riscos e Controles Internos - membro do CI	ICSS - Administração	29/08/2024	29/08/2027	28/08/2025
Carlos José do Carmo	Especialista - membro do CI	CPA-20 AMBIMA	19/04/2024	19/04/2027	-
Daniela Mattozo	Gerente da Gerência Jurídica - membro do CI e do CGP	ICSS - Administração	22/10/2023	22/10/2026	22/10/2025

Fonte: MEMO-SEG-002/25 DE 08/09/2025

QUADRO 2.5 – QUALIFICAÇÕES POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - ACOMPANHAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES ELETROS

CERTIFICAÇÕES ELETROS - 2025													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO
DIRETORIA DA ELETROS													
Pedro Paulo da Cunha	Presidente	ICSS	04/08/23	04/08/26	03/08/25	76	42	0	118	46	11/11/22	11/11/25	ago/26
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/22	30/11/25	29/11/25	52	48	17	117	45	03/05/23	02/05/26	nov/25
Luiz Guilherme F. N. Pinto	Diretor Financeiro	ICSS/CVM	18/12/22	18/12/25	18/12/25	42	43	3	88	16	01/09/23	31/08/27	dez/25

CONSELHO DELIBERATIVO													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO
Aline Braz Miranda Sá	Presidente Conselho Deliberativo Efetiva	ICSS	17/04/24	17/04/27	16/04/26	44	0	0	44	-	01/09/23	31/08/27	16/04/2026
Alberto Sérgio Kligerman	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO POSSUI	-	-	10/12/25	-	-	-	-	-	11/12/24	30/11/28	Dezembro/25
Álvaro Pintos Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova)	24/11/24	24/11/27	23/11/25	0	0	0	0	-	01/09/23	31/08/27	24/11/2025
André da Cruz Soares da Costa	Conselheiro Deliberativo Efetivo	NÃO POSSUI	-	-	10/12/25	-	-	-	-	-	11/12/24	30/11/28	-
Alton Andrade	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	02/10/23	02/10/26	01/10/25	29	32	0	61	-	01/09/23	31/08/27	01/10/2025
Kathia Pimentel	Conselheira Deliberativa Suplente	NÃO POSSUI	-	-	30/08/24	-	-	-	-	-	01/09/23	31/08/27	-
Luiz Carlos de Oliveira Costa	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS (Prova)	26/11/24	26/11/27	25/11/25	0	0	0	0	-	27/12/24	30/11/28	26/11/2025
Marcelo Santos Ferreira	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO POSSUI	-	-	30/08/24	0	0	0	0	0	01/09/23	31/08/27	-
Paulo Roberto Mandarin	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS (Prova)	24/07/25	25/07/27	23/07/26	24	0	0	24	-	01/09/23	31/08/27	23/07/2026
Pablo Espíndola da Silva Borges	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	23/01/23	23/01/26	22/01/2026	9	8	44	61	-	11/12/24	30/11/28	22/01/2026
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	21/08/23	20/08/26	20/08/26	105	18	0	123	-	11/12/24	30/11/28	20/08/2026
William Manoel Souza	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova)	25/11/24	25/11/27	24/11/25	0	0	0	0	-	24/01/25	30/11/28	25/11/2025

CONSELHO FISCAL													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	28/02/24	28/02/27	27/02/26	56	0	0	56	-16	11/12/24	30/11/28	27/02/2026
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc	Presidente (a partir 01/12/2024) Conselho Fiscal Efetivo	ICSS (Capacitação)	26/09/22	26/09/25	25/09/25	70	25	27	122	0	01/09/23	31/08/27	25/09/2025
Juvenor Pereira da Silva Junior	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	19/08/25	19/08/28	10/08/26	0	0	0	-	-	11/12/24	30/11/28	10/08/2026
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Fiscal Suplente	ICSS	15/06/24	15/06/27	14/06/26	79	0	0	79	7	24/01/25	30/11/28	14/06/2026
Paula Isabel da Costa Barbosa	Conselheira Fiscal Suplente	CPA-20 AMBIMA	05/07/24	05/07/27	05/07/27	-	-	-	-	-	01/09/23	31/08/27	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Rosane Barboza da Silva	Conselheira Fiscal Suplente	ICSS	10/04/23	10/04/27	09/04/26	28	0	0	28	0	11/12/24	30/11/28	01/04/2026
Wanderson Luiz Lopes Fortunato	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	18/08/24	18/08/27	15/08/25	4	0	0	-	-	04/07/25	31/08/27	15/08/2026
Sizeti Ferreira da Silva	Conselheira Fiscal Suplente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28/03/2025	29/07/2025	-

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	ELETROS				TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS REstantes	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
						PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	PEC 4º ANO						
Adriana Riva Mezarbba	Gerente da Gestão de Riscos e Controles Internos - membro do CI	ICSS	29/08/24	29/08/27	28/08/2025	34	0	0	0	34	10	-	-	29/08/2025	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Bruno Sardinha Lopes	Gerente da Gerência Atuarial - membro do Comitê de Investimentos e coordenador do CGP	ICSS	16/04/24	17/04/27	15/04/26	35	0	0	0	35	11	-	-	15/04/2026	ICSS: Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Carlos José do Carmo	Especialista e membro do Comitê de Investimentos	CPA-20 AMBIMA	19/04/24	19/04/27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	abril/2027	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Gabriel Pereira Neto	Analista de Investimento Júnior	CEA AMBIMA	14/09/23	14/09/26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	abril/2026	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Felipe Correa Teixeira	Analista de Investimento Pleno	CPA-20 AMBIMA	30/10/23	30/10/26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	outubro/2026	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Joana Machado Souza Silva	Atuária Sênior e membro do Comitê de Investimentos	CPA-20 AMBIMA	06/12/24	06/12/27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	dezembro/2027	Realizar a inscrição do Curso de atualização a partir de seis meses até oito dias antes do vencimento da certificação. Ser aprovado ao final do curso (nota mínima 70%). Caso não seja cumprido algum dos critérios do processo, sua certificação não será atualizada.
Marcelo Gouveia	Especialista de Investimento e membro do Comitê de Investimentos	CNPI-P 5389/ APIMEC	04/10/22	04/10/27	-	-	-	-	-	80	160	-	-	outubro/2027	Os créditos devem ser acumulados durante 5 (cinco) anos imediatamente anteriores à data do vencimento, sendo que pelo menos 50% dos créditos devem ser nos últimos 2 (dois) anos anteriores a data final da comprovação dos créditos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Gerente da Gestão de Investimentos - coordenador do CI e membro do CGP	ICSS	01/01/23	01/01/26	31/12/25	44	38	11	0	93	21	-	-	31/12/2025	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Daniela Mattozo	Gerente da Gerência Jurídica - membro do CI e do CGP	ICSS	22/10/2023	22/10/2026	22/10/2025	26,00	67,00	0	0	93,00	21,00	-	-	22/10/2025	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.

Fonte: MEMO-SEG-002/25 DE 08/09/2025

3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 19/12/2022, o Conselho Deliberativo da ELETROS na 501ª reunião aprovou a Política de Investimento dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros para o período de 2023-2027, exceto a Política de Investimentos do Plano CD Eletros Multi, que foi aprovada na 509ª reunião do colegiado, em 26/04/2023, e a Política de Investimento do Plano PrevServ para o período 2024-2028, que foi aprovada na 544ª reunião do Conselho Deliberativo.

Em 28/03/2025, o Conselho Deliberativo da ELETROS, na 568ª reunião, aprovou a atualização das Políticas de Investimentos para o exercício de 2025 dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Eletros.

As Políticas de Investimento dos Planos têm como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência às patrocinadoras, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e os riscos envolvidos.

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras responsabilidades, verificar se a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios está aderente à política de investimentos e normas em vigor. Neste sentido, o CFE, por meio da análise das Atas da Diretoria e seus anexos; das Atas dos Comitês de Investimentos (CEI e CGC) e Relatórios de Riscos de

Investimentos, verificou que a gestão dos recursos vem sendo executada em conformidade com a Política de Investimentos, com acompanhamento da Diretoria Executiva.

No que diz respeito à aderência da alocação dos ativos à Política de Investimentos (PI) referente ao primeiro semestre de 2025, considerando as informações disponibilizadas para o CFE no "Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos", verifica-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios por ela administrados em observância as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	Plano BD		Plano CD Puro		Plano CD Saldado		Plano CD I		Plano PGA	
	PI	jun-25	PI	jun-25	PI	jun-25	PI	jun-25	PI	jun-25
Renda Fixa	24,00% a 97,00%	74,15%	26,00% a 94,00%	80,01%	24,00% a 99,00%	74,36%	24,00% a 94,00%	75,63%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00% a 35,00%	10,56%	5,00% a 40,00%	11,87%	0,00% a 40,00%	13,43%	5,00% a 35,00%	10,21%	---	---
Imóveis	0,00% a 13,00%	10,66%	0,00% a 6,00%	2,68%	0,00% a 8,00%	5,69%	0,00% a 13,00%	7,15%	---	---
Empréstimos	3,00% a 8,00%	3,26%	1,00% a 8,00%	1,00%	1,00% a 8,00%	1,72%	1,00% a 8,00%	2,43%	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	1,37%	0,00% a 10,00%	4,44%	0,00% a 10,00%	4,80%	0,00% a 10,00%	4,58%	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	---	---

Segmentos	Plano CV ONS		Plano EPE		CD MULTI		CD PREV SERV	
	PI	jun-25	PI	jun-25	PI	jun-25	PI	jun-25
Renda Fixa	27,00% a 94,00%	80,88%	27,00% a 90,00%	80,04%	0,00% a 100,00%	100,00%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	5,00% a 40,00%	13,93%	5,00% a 40,00%	14,25%	---	---	---	---
Imóveis	---	---	---	---	---	---	---	---
Empréstimos	1,00% a 8,00%	1,07%	0,00% a 8,00%	1,62%	---	---	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	4,12%	0,00% a 10,00%	4,09%	---	---	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	---	---	---	---

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Junho-2025

Diante dos resultados apresentados verifica-se que os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimento, para os segmentos de todos os Planos, foram respeitados ao longo do primeiro semestre de 2025.

4. Resultado dos Planos

Para a melhor compreensão do desempenho dos Planos são apresentadas as tabelas disponibilizadas pela Aditus, empresa contratada pela Administração para atuar no apoio ao processo de gestão de desempenho de investimentos, onde pode-se verificar os resultados da mediana de mercado para os Planos dos tipos BD, CD e CV, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) brasileiras, versus a média das metas atuariais desses mesmos Planos.



A seguir são demonstrados os resultados por tipo de investimento no mês de junho de 2025 e no acumulado do primeiro semestre.



Já a tabela seguinte revela o desempenho acumulado no primeiro semestre de 2025 pelos Planos de previdência administrados pela ELETROS, por segmento (classe de ativo) e o resultado consolidado.

	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás*	CD I	CV ONS	CV EPE	PGA	CD MULTI	CD PREV SERV
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Consolidado	5,95%	8,96%	7,64%	9,43%	9,14%	7,17%	6,73%	6,39%
Renda Fixa	5,44%	8,15%	6,80%	8,07%	7,77%	7,17%	6,73%	6,39%
Renda Variável	20,49%	21,02%	21,06%	21,01%	20,92%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	2,10%	2,10%	2,10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	6,52%	9,29%	6,87%	5,97%	8,03%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	3,50%	5,04%	4,79%	5,04%	5,04%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	-8,12%	-7,42%	-7,32%	-7,32%	-7,32%	0,00%	0,00%	0,00%

* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Junho-2025

Rentabilidade dos Investimentos

De acordo com o Relatório da PRG – Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos, cuja fonte de consulta é a Diretoria Financeira – DFI, o ano de 2025 tem sido bastante positivo para os investimentos da ELETROS. Como pode ser observado nas tabelas a seguir, todos os planos apresentaram rentabilidades superiores às suas respectivas taxas de referência. Os perfis mais agressivos se destacaram, com retornos mais elevados impulsionados pelo bom desempenho da renda variável no período.

A combinação entre a queda das taxas de juros dos títulos públicos — o que favorece o desempenho da renda fixa — e a forte valorização das ações brasileiras contribuiu para o resultado positivo, superando as metas atuariais dos planos. O único segmento com rentabilidade negativa foi o investimento no exterior, impactado principalmente pela desvalorização do dólar frente a outras moedas globais no período.

A seguir é demonstrada de forma resumida a comparação do resultado dos investimentos dos Planos com suas respectivas previsões de rentabilidade e metas atuariais.

Plano	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial ** ou Índice de Referência***
BD Eletrobrás	4,82%	5,95%	5,93%
CD Eletrobrás Puro	4,82%	9,24%	5,93%
CD Eletrobrás Saldado	4,82%	7,40%	5,93%
CD I	4,52%	7,64%	4,47%
CV ONS	4,82%	9,43%	5,93%
EPE	4,52%	9,14%	4,47%
CD MULT	4,61%	6,73%	4,47%
CD PREV SERV	1,47%	6,39%	4,47%
PGA	4,66%	7,17%	5,30%

* O INPC estimado para o período foi de 2,00% e 3,08% para o realizado.

** Meta atuarial/Índice de Referência - INPC+5,80% (Plano BD, Plano CD Eletrobrás e Planoc CV ONS).

*** Índice de Referência - INPC + 5,08% (Plano CD I, Plano CV EPE, Plano CD Multi e Plano CD Prev Serv) e 100% CDI Plano PGA.

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Junho-2025

Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais, previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos de cada Plano de benefício e, nas tabelas a seguir, são apresentados os resultados em valores absolutos obtidos e os respectivos esclarecimentos para cada Plano de benefício.

Todos os planos superaram as suas respectivas metas no período de janeiro até junho de 2025. O desempenho do segmento de Renda variável e de Renda fixa foram os principais responsáveis pelo atingimento de metas no período. A Renda Variável apresentou uma rentabilidade em torno de 21,0% para um IBRX de 15,23% e conseguiu gerar uma rentabilidade superior para os perfis mais agressivos.

As rentabilidades nominal e real para os segmentos dos Planos que possuem perfil de investimento, isto é, CD Eletrobras, CD I, CV ONS e CV EPE são apresentadas a seguir:

CD ELETROBRÁS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR LP		* SUPER CONSERVADOR CP	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	8,33%	5,09%	8,32%	5,08%	8,33%	5,10%	8,34%	5,10%	8,39%	5,15%	1,08%	0,85%
Renda Variável	21,02%	17,40%	21,02%	17,40%	21,02%	17,40%	21,02%	17,40%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	0,43%	-2,57%
Inv. Estruturados	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	0,00%	-2,99%
Inv. Exterior	-7,42%	-10,19%	-7,42%	-10,19%	-7,42%	-10,19%	-7,42%	-10,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo	10,36%	7,06%	10,36%	7,06%	7,67%	4,45%	10,36%	7,06%	10,36%	7,06%	1,89%	-1,16%
Total do Plano	13,22%	9,84%	11,39%	8,06%	9,33%	6,07%	9,50%	6,23%	8,09%	4,86%	1,07%	-1,95%

CD I

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR LP		* SUPER CONSERVADOR CP	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,43%	3,25%	6,67%	3,48%	6,74%	3,55%	6,74%	3,55%	6,78%	3,59%	1,18%	0,95%
Renda Variável	21,06%	17,44%	21,06%	17,44%	21,06%	17,44%	21,06%	17,44%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Imóveis	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	2,10%	-0,95%	0,43%	0,20%
Inv. Estruturados	4,79%	1,66%	4,79%	1,66%	4,79%	1,66%	4,79%	1,66%	4,79%	1,66%	0,00%	-0,23%
Inv. Exterior	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Empréstimo	7,59%	4,37%	7,59%	4,37%	5,87%	2,71%	7,59%	4,37%	7,59%	4,37%	1,23%	1,00%
Total do Plano	12,15%	8,80%	10,18%	6,89%	7,83%	4,60%	8,08%	4,85%	6,37%	3,19%	1,14%	0,90%

CV O.N.S

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR LP		* SUPER CONSERVADOR CP	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	7,94%	4,72%	8,03%	4,81%	8,10%	4,87%	8,10%	4,87%	8,14%	4,90%	1,16%	0,93%
Renda Variável	21,01%	17,40%	21,01%	17,40%	21,01%	17,40%	21,01%	17,40%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Imóveis	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Inv. Estruturados	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	0,00%	-0,23%
Inv. Exterior	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Empréstimo	7,39%	4,18%	7,39%	4,18%	3,45%	0,36%	7,39%	4,18%	7,39%	4,18%	1,04%	0,81%
Total do Plano	13,17%	9,79%	11,32%	8,00%	9,27%	6,00%	9,48%	6,20%	8,00%	4,77%	1,16%	0,93%

CV EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR LP		* SUPER CONSERVADOR CP	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	7,61%	4,39%	7,70%	4,48%	7,78%	4,56%	7,77%	4,55%	7,81%	4,59%	1,16%	0,92%
Renda Variável	20,92%	17,30%	20,92%	17,30%	20,92%	17,30%	20,92%	17,30%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Imóveis	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Inv. Estruturados	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	5,04%	1,90%	0,00%	-0,23%
Inv. Exterior	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	-7,32%	-10,09%	0,00%	-2,99%	0,00%	-0,23%
Empréstimo	8,82%	5,57%	8,82%	5,57%	7,49%	4,27%	8,82%	5,57%	8,82%	5,57%	1,42%	1,18%
Total do Plano	13,01%	9,63%	11,10%	7,78%	9,04%	5,79%	9,23%	5,97%	7,72%	4,50%	1,16%	0,93%

* Estes Perfis de Investimento iniciaram em 31/05/2025.

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Junho-2025

A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 1,51 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 0,17 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 6,63 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 8,11 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 0,13 milhões
Fundos Investimentos Multimercados	Negativo em R\$ 0,06 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 1,35 milhão
Fundo Investimento Participações	Negativo em R\$ 0,81 milhão
Outros	Positivo em R\$ 0,78 milhões
Total do plano BD ELETROBRÁS	Positivo em R\$ 0,17 milhões

Principais variações

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹:** A diferença ocorreu por conta da redução do percentual de alocação no segmento para o plano BD, conforme o apontamento do ALM do plano. Dessa forma, mesmo com um resultado de variação superior a expectativa do IBrX para o primeiro semestre de 2025, o resultado foi abaixo do previsto devido a redução da alocação no segmento

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano BD se deve aos títulos públicos atrelados ao IPCA e IGP-M que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem parte marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Imóveis²:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente acima da expectativa de retorno, seguindo em linha com a inflação projetada (INPC).

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu benchmark.

❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente abaixo da expectativa de retorno no período, por conta do ajuste referente a PCLD

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

❖ **Fundo Investimento Participações:** A variação negativa no primeiro semestre de 2025 é explicada pela desvalorização de ativos listados na B3; alguns gastos com despesas; reavaliação de alguns ativos e, de forma mais relevante, a amortização no fundo (distribuição de recursos aos cotistas), assim, o PL reduz visto que os cotistas recebem dinheiro impactando negativamente a cota dado a especificidade deste Fundo (efeito contábil).

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025

B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 293,92 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 2,47 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 0,38 milhão
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 3,70 milhões
Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 0,66 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,01 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,12 milhão
Outras	Negativo em R\$ 0,08 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Positivo em R\$ 2,47 milhões

Principais variações

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações³:** A diferença ocorreu por conta da redução do percentual de alocação no segmento para o plano BPDS, conforme o apontamento do ALM do plano. Dessa forma, mesmo com um resultado de variação superior a expectativa do IBrX para o primeiro semestre de 2025, o resultado foi abaixo do previsto devido a redução da alocação no segmento.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação negativa no segmento de Renda Fixa do Plano BPDS se deve aos títulos públicos atrelados ao IPCA que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem parte marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

³ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

❖ **Imóveis⁴:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente acima da expectativa de retorno, seguindo em linha com a inflação projetada (INPC).

❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente abaixo da expectativa de retorno no período, por conta do ajuste referente a PCLD.

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025.

C. CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,68 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 42,96 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 12,76 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 33,52 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,01 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,04 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 3,32 milhões
Outros	Negativo em R\$ 0,03 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Positivo em R\$ 42,96 milhões

Principais variações

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações⁵:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2025.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CD Puro se deve aos títulos públicos atrelados ao IPCA que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

⁵ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

❖ **Imóveis⁶:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente acima da expectativa de retorno, seguindo em linha com a inflação projetada (INPC).

❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente abaixo da expectativa de retorno no período, por conta do ajuste referente a PCLD.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/25, de 18/03/2025.

D. ELETROBRAS CD I – Recursos garantidores de R\$ 601,1 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 7,97 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 4,04 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 5,20 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,29 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,04 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 0,75 milhão
Outros	Negativo em R\$ 0,27 milhão
Total do plano ELETROBRÁS CD I	Positivo em R\$ 7,97 milhões

Principais variações

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações⁷:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2025.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CD I se deve aos títulos públicos atrelados ao IPCA que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

⁶ Apenas os planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

⁷ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

❖ **Imóveis⁸:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente acima da expectativa de retorno, seguindo em linha com a inflação projetada (INPC)

❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente abaixo da expectativa de retorno no período, por conta do ajuste referente a PCLD.

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025.

E. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 1,01 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 27,48 milhões, sendo assim resumida:

Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 10,28 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 19,14 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,24 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 1,66 milhões
Outras	Negativo em R\$ 0,04 milhão
Total do plano CV ONS	Positivo em R\$ 27,48 milhões

Principais variações

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações⁹:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2025.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CV ONS se deve aos títulos públicos atrelados ao IPCA que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Empréstimo:** A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente abaixo da expectativa de retorno no período, por conta do ajuste referente a PCLD.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025

⁸ Apenas os planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

⁹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

F. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 187,7 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 4,52 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 1,68 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 3,06 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,01 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 0,22 milhão
Outras	Negativo em R\$ 0,01 milhão
Total do plano CV EPE	Positivo em R\$ 4,52 milhões

Principais variações

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹⁰:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o primeiro semestre de 2025.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CV EPE se deve aos títulos públicos atrelados ao IPCA que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o primeiro semestre de 2025 ficou marginalmente acima da expectativa de retorno no período.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025

G. CD Multi – Recursos garantidores de R\$ 469,09 mil:

A diferença total entre o previsto e o realizado no segundo semestre de 2025 foi positivo em R\$ 13,70 mil, sendo assim resumida:

	Diferença
Fundos de Investimento em Renda Fixa	Positivo em R\$ 13,70 mil
Total do plano CD Multi	Positivo em R\$ 13,70 mil

¹⁰ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

Principais variações

❖ **Fundos de Investimento em Renda Fixa:** A rentabilidade do plano CD Multi está integralmente em fundos de investimento em renda fixa com ativos atrelados ao CDI e que geraram um resultado positivo para o plano no período.

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/03/2025

H. CD PrevServ Brasil – Recursos garantidores de R\$ 2,34 milhões

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 85,43 mil, sendo assim resumida:

	Diferença
Fundos de Investimento em Renda Fixa	Positivo em R\$ 85,43 mil
Total do plano CD PrevServ	Positivo em R\$ 85,43 mil

Principais variações

❖ **Fundos de Investimento em Renda Fixa:** A rentabilidade do plano CD PrevServ está integralmente em fundos de investimento em renda fixa com ativos atrelados ao CDI e que geraram um resultado positivo para o plano no período.

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025

I. Plano de Gestão Administrativa - PGA – saldo de R\$ 108,07 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no primeiro semestre de 2025 foi positiva em R\$ 1,62 milhões no período. A variação positiva no segmento de Renda Fixa do plano se deve à parte da carteira relacionada aos títulos públicos atrelados ao IPCA que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance maior do que a expectativa de retorno

Fonte: MEMO DF/DFI 002/25, de 19/08/2025.

5. Custos com a Administração dos Investimentos

As despesas diretas de investimento fecharam em junho 2025 no montante de R\$ 4.750 milhões, menor que R\$ 5.859 referente ao mesmo período de 2024. Em termos percentuais, o recuo foi de 18,92%.

Essas despesas sofrem impacto direto das variações patrimoniais que são resultantes da rentabilidade das carteiras e fundos na maior parte de sua composição. Podemos destacar a redução de algumas despesas: gestão, performance e corretagem.

É importante salientar que é justificável devido ao direito de uma carteira administrada por terceiros na superação de seus benchmarks, essa administradora fazer jus a uma remuneração por performance, o que apesar de representar um aumento de despesa, traduz em maior retorno líquido à ELETROS e, por conseguinte, aos participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS.

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

CLASSIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	CARTEIRA PRÓPRIA	RENDA FIXA		VARIÁVEL		ESTRUTURAD	
			FIC *	FI**	FIC *	FI**	FIC *	FIP***
Controladoria	119	74	2	17	2	15	9	0
Gestão	2.428	0	0	154	0	2.265	0	9
ADM	55	0	0	25	1	21	2	5
Custódia	221	114	0	69	1	29	9	0
CVM	332	0	57	97	40	106	30	2
CETIP	594	140	156	137	76	66	19	1
CBLC	16	4	0	0	0	11	0	0
SELIC	69	46	0	21	0	2	0	0
ANBIMA	17	0	2	6	2	5	1	0
Taxa de Bolsa	33	0	0	46	0	-13	0	0
Corretagem RV	590	13	0	0	57	520	0	0
Emolumentos RV	221	9	0	0	27	185	0	0
Cartório	1	0	0	1	0	0	0	0
Auditoria	43	0	4	13	4	19	4	0
Tx de Permanência	1	0	0	0	0	1	0	0
Outros	10	0	0	0	0	1	0	8
TOTAL DAS DESPESAS	4.750	399	221	584	210	3.236	76	24

* FIC - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento

** FI - Fundo de Investimento que compõem o FIC

*** FIP - Fundo de Investimento em Participação

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Junho - 2025

6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes

De acordo com o Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Demonstrações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2025, elaborado pela Baker Tilly RJ Auditores Independentes e emitido em 18/08/2025, constam os seguintes registros:

- Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade e é ajustada por meio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, de 16 de setembro de 2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:

- **Ativo Contingente:** é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. Não é reconhecido no balanço patrimonial, pois o resultado pode nunca se configurar. Entretanto, quando a realização do ganho for praticamente certa, deixará de ser classificado como um ativo contingente, e o seu reconhecimento é adequado.

Não constam registros de Ativos Contingentes no período analisado.

- **Passivo Contingente:** É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. Não é reconhecido no balanço patrimonial pelos seguintes motivos:
 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para validar a obrigação; ou
 - O valor da obrigação não pode ser mensurado de forma suficientemente confiável.

Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 15.220 mil em junho de 2025 (R\$ 11.641 mil em dezembro de 2024) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

- **Provisão:** É um passivo de prazo ou valor incerto e deve ser reconhecida no balanço patrimonial (passivo) quando:
 - A Entidade tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
 - Seja provável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
 - Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Neste contexto, o Conselho Fiscal tem acompanhado a evolução das Contingências – Ativos e Passivos Contingentes por meio de: (i) reuniões mensais com a Fundação nas quais são apresentados os Relatórios Contábeis; (ii) reunião específica, prevista no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal dedicada à Gestão do Contencioso, ocorrida em maio de 2025, na 493ª RCFE; (iii) informações e esclarecimentos adicionais sempre que necessário sobre o tema; e (iv) por meio do Relatório de Revisão do Auditor Independente, no qual os temas relacionados são destacados na Nota Explicativa 8 do Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão das Demonstrações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2025, elaborado pela Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes e emitido em 18/08/2025.

Exigível Contingencial

As provisões relacionadas a processos com chance de perda classificadas como provável ou possível (obrigações legais) estão detalhadas nos quadros a seguir, os quais demonstram a composição das provisões contingenciais registradas no balanço patrimonial. Tais provisões referem-se a eventos que poderão resultar em desembolsos futuros, conforme decisões ainda pendentes, e abrangem contingências de natureza previdenciária, trabalhista, cível e fiscal.

Os valores reconhecidos como provisão na Eletros, são a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Os fundamentos e a natureza das provisões foram baseados em pareceres jurídicos, segregados por plano e, o saldo de depósitos judiciais realizados.

Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela Gerência Jurídica e de Governança da ELETROS, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes e assistidos contra a ELETROS.

Houve variação nos valores contingenciados ao longo dos anos de 2025 e 2024 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos da ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos ou atualizados cálculos anteriores, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependente de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo juízo.

	30/06/2025	31/12/2024
Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	22.940	24.830
Processo Trabalhista	6.463	6.290
Provisão de Cível ¹	16.477	18.540

¹ Provisão dos planos BD Eletrobras no montante de R\$ 16.351 mil (R\$ 18.464 mil) e CD Eletrobrás de R\$ 126 mil (R\$ 76 mil).

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	30/06/2025	31/12/2024
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	14.709	14.135
Processo Cível ¹	10.143	9.747
Processo Trabalhista	4.566	4.387
(-) Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	(22.940)	(24.830)
Aposentadorias	-	-
Processo Trabalhista	(6.463)	(6.290)
Processo Cível	(16.477)	(18.540)
(=) Saldo²	(8.231)	(10.695)

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Previdencial (vide nota 6.1); e

² Provável desembolso futuro.

Gestão Administrativa

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O escritório jurídico que assessora a ELETROS classifica estes processos decorrentes de obrigações legais como prognóstico de perda possível, porém esta Entidade realiza a provisão conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Processos com chance de perda possível é opcional mensurar a provisão, ficando a critério da governança da EFPC determinar o registro da provisão quando julgar que o risco de tal situação for de maior preponderância a se tornar provável, aplicando-se o exercício da prudência conforme NBC TG Estrutura Conceitual.

	30/06/2025	31/12/2024
Exigível Contingencial - Gestão Administrativa¹	55.081	51.449
PIS ²	8.386	7.880
COFINS ²	46.008	42.991
RET	687	578

¹ O crescimento apresentado refere-se à atualização dos processos judiciais em decorrência dos saldos depositados em juízo.

² Processos decorrentes de obrigações legais com prognóstico de perda possível.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	30/06/2025	31/12/2024
(+) Depósitos judiciais/recursais¹	55.081	51.504
PIS	8.386	7.880
COFINS	46.008	43.046
RET	687	578
(-) Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	(55.081)	(51.449)
PIS	(8.386)	(7.880)
COFINS	(46.008)	(42.991)
RET	(687)	(578)
(=) Saldo²	-	55

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Administrativa (vide nota 6.2); e

² Depósitos judiciais/recursais a recuperar.

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento dos Recursos Extraordinários 949.297 e 955.227 (Teses de Repercussão Geral nº 881 e 885), que discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o STF toma posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Ficou definido, por unanimidade, que decisão colegiada do STF que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de tributos em Repercussão Geral ou ADI cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do STF.

Para se iniciar a cobrança do tributo de acordo com o novo posicionamento adotado pelo STF, o marco temporal é a data da sessão de julgamento que analisou sua constitucionalidade. O período anterior ao julgamento do STF em Repercussão Geral ou ADI está coberto pela coisa julgada para os contribuintes que possuíam decisão judicial a seu favor quanto ao não recolhimento do tributo, em respeito à garantia da irretroatividade da norma tributária que institui ou majora tributos.

A partir do julgamento do STF que restabelece a exigência do tributo, ficou definido que deverá ser observada a anterioridade temporal aplicável a cada espécie tributária, se a dos 90 dias, a chamada noventena ou ainda a anterioridade anual, já que funcionam como barreira à alteração repentina da exigência tributária.

A partir da decisão acima, os relatórios processuais da Eletros foram analisados pelo Jurídico e, a priori, não foram identificadas ações que possam ser impactadas pelo desfecho dos Temas de Repercussão Geral n.º 881 e 885, recém julgados pelo STF.

Considerando a possibilidade de eventual modulação ou ainda mudanças legislativas visando pacificar o cenário controverso atual, a ELETROS acompanhará este tema e fará a reavaliação destes pontos caso surja algum fato novo.

A ELETROS possui os processos abaixo em curso sobre o tema:

1 - Processo n. 0000594-93.2010.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a Eletros pretende a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do PIS e da COFINS, nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. Em 1ª instância houve procedência do pedido da Eletros, todavia a apelação da União foi provida, declarando que a autora continua obrigada ao recolhimento da contribuição ao PIS e à COFINS, nos moldes do artigo 3º, parágrafos 5º e 6º, da Lei 9.718/98. A Eletros interpôs Recurso Extraordinário e o processo está sobrestado, aguardando o julgamento pelo STF de leading case (Tema 372 - RE 609.096-RG), após o qual os autos retornarão à origem, para nova apreciação do recurso.

2 - Processo n. 0125259-11.2015.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a Eletros pretende o reconhecimento do direito líquido e certo de a Entidade não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas de sua atividade fim, nos moldes que determina a Lei nº 12.973/2014. O pedido foi julgado improcedente em 1ª instância, com confirmação em apelação. Neste contexto, a Eletros interpôs Recurso Especial que foi recebido pelo STJ em 13/04/2023 e encontra-se concluso para decisão do Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator), desde 14/11/2023.

Em 13/12/2024, foi concluída no STF a votação do RE 722528 (Tema 1280 - PREVI), que, em repercussão geral (decisão vinculante) concluiu pela constitucionalidade da exigência do PIS e da COFINS para as EFPC com base na definição de faturamento.

Investimentos

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas a operações com participantes e a ações pertinentes aos imóveis.

	30/06/2025	31/12/2024
Exigível Contingencial – Investimentos	1	1
Operações com Participantes ¹	1	1

¹ Provisão exclusiva do plano BD Eletrobras; e

7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal além de emitir parecer sobre os testes de aderência das premissas biométricas, econômicas e financeiras, atua na busca de evidências da aderência das mesmas para os Planos BD, CD e CV, administrados pela Eletros.

As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os Planos administrados pela Eletros.

Planos CV ONS e CD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2024
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	73% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	5,80% a.a.

Plano EPE

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2024
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Taxa real de juros	5,08% a.a.

Planos CD I, CD Eletros Multi e CD PrevServ Brasil

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2024
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Taxa real de juros	5,08% a.a.

Plano BD Eletrobras

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2024
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 5 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	0,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	5,80% a.a.

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013, 2015 e 2021) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

 JL 5923
 GB 6009
 JJ 41329
 WF 46059

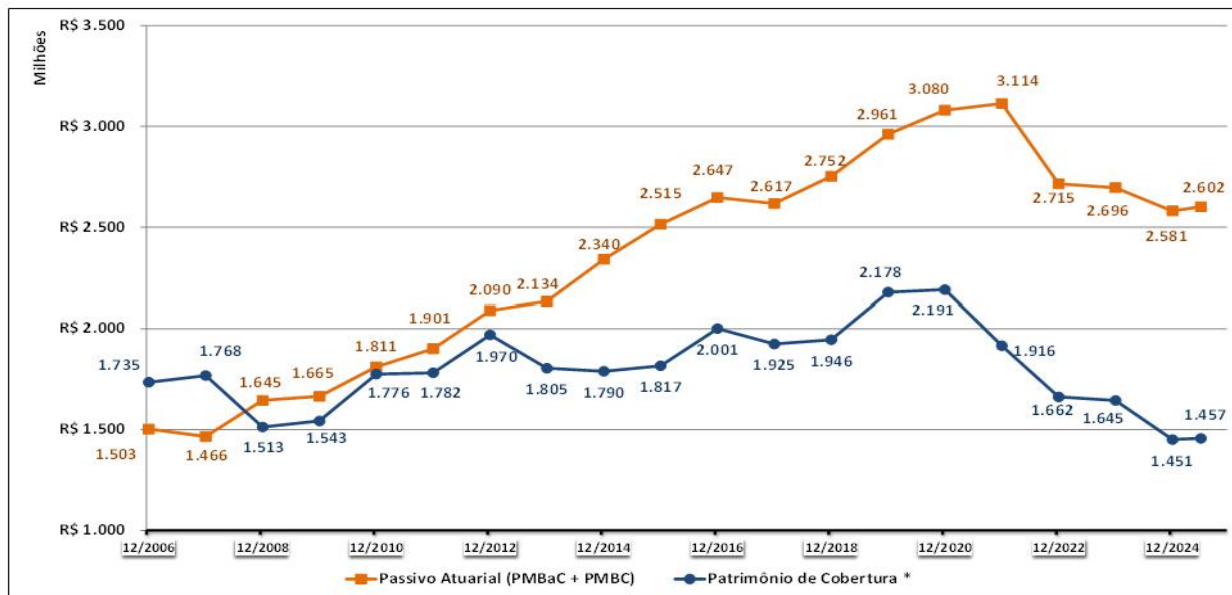


Empregados ativos	mar/25	abr/25	
Contribuição Normal média	13,13%	13,13%	Prazos (em dez/24)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	3,21%	3,38%	10 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	3,32%	3,51%	12 anos e 1 mês
Total	19,66%	20,02%	
Aposentados	mar/25	abr/25	
Contribuição Normal média	7,68%	7,68%	Prazos (em dez/24)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,34%	2,49%	9 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	14,29%	15,25%	9 anos e 8 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	8,01%	8,50%	10 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	5,71%	6,08%	12 anos e 1 mês
Total	38,03%	40,00%	
Pensionistas e optantes pelo BPDs	mar/25	abr/25	Prazos (em dez/24)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	8,01%	8,50%	10 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	5,71%	6,08%	12 anos e 1 mês
Total	13,72%	14,58%	

Fonte: MEMO-DB/DBA – 004/2025, de 08 de agosto de 2025

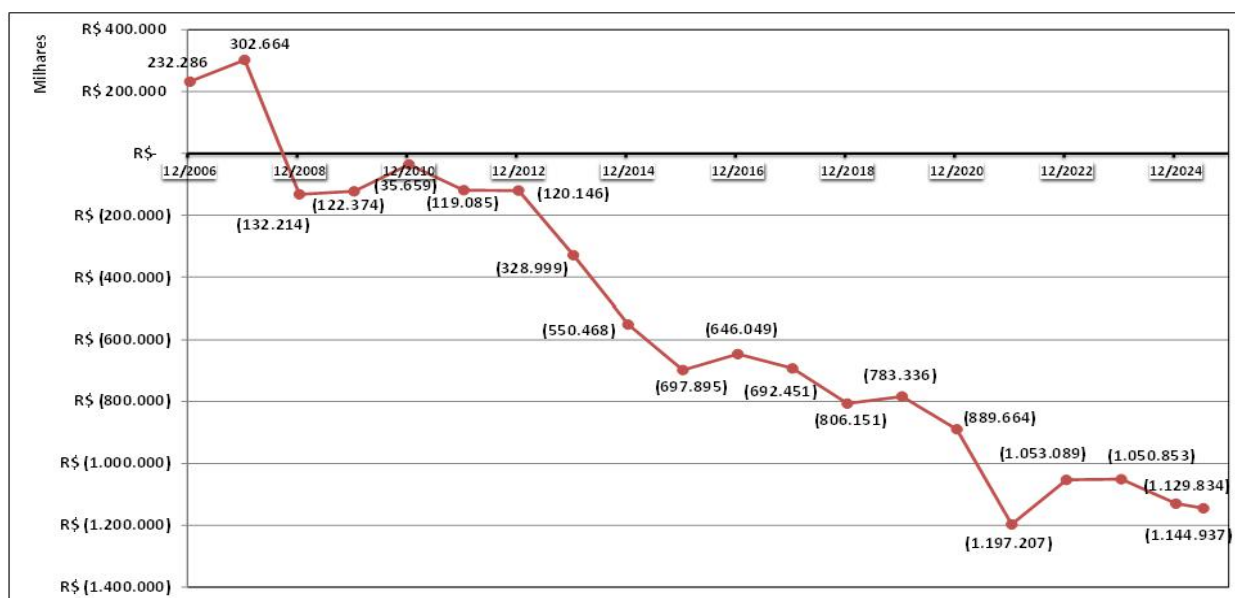
É possível verificar na Tabela acima que as contribuições normais e extraordinárias, em abril de 2025, estavam representando 20,02% da folha salarial de participação dos empregados ativos, 40,00% da folha de benefícios para os aposentados e 14,58% da folha de benefícios para os pensionistas.

a. Plano BD ELETROBRÁS – Evolução do Patrimônio de Cobertura X Passivo Atuarial até 30/06/2025 (em R\$ milhões)



*PMBaC = Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder
PMBC = Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos
* Líquido das Operações contratadas e das contribuições em atraso*

Plano BD ELETROBRÁS – Histórico dos Déficits – Excesso / (Insuficiência) até 30/06/25 em R\$ milhares



Excesso / (Insuficiência) = Patrimônio de Cobertura do Plano - Passivo Atuarial

Fonte: MEMO-DB/DBA - 004/2025, de 08 de agosto de 2025

b. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados os percentuais de grau de maturidade e os graus de solvência bruto e líquido posicionados em 30/06/2025.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRAS	99,61%	61,94%	90,99%
CD ELETROBRÁS	68,57%	98,58%	99,06%
CV ONS	34,73%	101,69%	99,99%
EPE	8,65%	104,45%	100,00%
CD I	74,73%	100,71%	100,00%
CD ELETROS MULTI	0,00%	100,00%	100,00%
CD PREVSERV BRASIL	0,00%	100,00%	100,00%

11

Fonte: MEMO-DB/DBA 004/2025, de 08 de agosto de 2025

c. Empréstimos Especiais Vesting

Em 30/06/2025, verifica-se a seguinte situação:

- ❖ 16 contratos ativos, atualizados mensalmente pela taxa de juros do empréstimo financeiro, acrescido da variação do INPC do IBGE;
- ❖ Descontos destinados à amortização que variam de 13,53% a 35,16% do valor bruto do benefício BD;
- ❖ Soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais Vesting = R\$ 14.544.527,09;
- ❖ FGE do Plano BD Eletrobras = 15.345.237,98.

Fonte: MEMO-DB/DBA 004/2025, de 08 de agosto de 2025

8. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

A fiscalização da execução orçamentária é essencial para assegurar a transparência e a eficiência na gestão dos recursos financeiros de uma Entidade. Cabe ao Conselho Fiscal verificar: (i) se os atos que geram receitas e despesas estão em conformidade com as normas legais e internas; (ii) se o programa de trabalho está sendo executado tanto do ponto de vista financeiro quanto no alcance dos objetivos institucionais; (iii) se os registros contábeis são precisos, consistentes e atualizados; e (iv) se a instituição está promovendo a devida transparência em relação às operações financeiras realizadas.

¹¹ Grau de Solvência Bruto = (Patrimônio de Cobertura – Déficit Contratado + Fundos Previdenciais) / (Benefícios Concedidos + Benefícios a Conceder).

Grau de Solvência Líquido: (Patrimônio de Cobertura – Déficit Contratado + Fundos Previdenciais) / (Benefícios Concedidos + Benefícios a Conceder – Prov. Mat. A Constituir + Fundos Previdenciais – Déficit Contratado).

Neste sentido, o Conselho Fiscal acompanhou mensalmente o controle da execução orçamentária, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período.

Com relação à execução orçamentária foram verificadas variações entre o previsto e o realizado, conforme justificativas a seguir:

a. Provisões Atuariais

Consta do Memorando DB/DBA-003/2025, de 08 de agosto de 2025, as justificativas, referentes ao 1º semestre de 2025, com relação às divergências referentes a Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais dos Planos dos Planos BD Eletrobras, CD Eletrobrás ("CD Puro" e BPDS), EPE, CV ONS, CD I, CD Eletros Multi e CD PrevServ Brasil:

▪ Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas

♦ Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Plano BD Eletrobras e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás:

Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2023), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2024 teoricamente (desde julho de 2023), considerando a inflação projetada para o ano de 2024 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2024 era de 4,66%, ou seja, cerca de 0,38% ao mês). Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2024), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2025 teoricamente (desde julho de 2024), considerando a inflação projetada para o ano de 2025 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2025 era de 4,02%, ou seja, cerca de 0,33% ao mês).

Foi destacado pela área que, as provisões matemáticas da Parcela BDPS do Plano CD Eletrobrás são recalculadas mensalmente utilizando a variação do INPC com 1 mês de defasagem, enquanto as provisões matemáticas do Plano BD Eletrobrás são apuradas mensalmente de forma teórica por meio de planilha disponibilizada pela Consultoria Atuarial responsável pelo Plano, Willis Towers Watson Consultoria Ltda (WTW).

A seguir, estão apresentadas as justificativas para a variação da conta "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" do Plano BD Eletrobrás e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás no período de janeiro a junho de 2025:

	Plano	BD Eletrobras	BPDS
A	(-) Variação prevista	-R\$ 22.143.502	R\$ 5.382.299
B	(-) Variação realizada	R\$ 169.351.419	R\$ 7.861.237
C = B - A	Diferença a justificar	R\$ 191.494.921	R\$ 2.478.938
Impacto em função de:			
D	INPC realizado > INPC esperado	R\$ 23.100.262	R\$ 4.341.889
F	Reversão da Conta "Contribuições em Atraso" para o Ativo do Plano	R\$ 163.004.793	R\$ -
E = C - D - F	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	R\$ 5.389.866	-R\$ 1.862.951

Fonte: MEMO - DB/DBA-031/2025, de 08/08/2025

Os “Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período” justificam-se, uma vez que os Patrimônios de Cobertura dos Planos BD Eletrobras e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás montam, em 30/06/2025, R\$ 1,8 bilhão e R\$ 0,33 bilhão, respectivamente.

▪ **Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais das Parcelas CV e Renda Vitalícia:**

A variação das Provisões Atuariais das Parcelas CV’s foram estimadas, à época do orçamento, pela Gerências Atuarial e de Investimentos da Eletros considerando a rentabilidade projetada para o ano de 2025.

As variações das contas “Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas” justificam-se considerando as rentabilidades acumuladas de janeiro a junho de 2025 para os Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

▪ **Superávit / Déficit do período**

Considerando que as rentabilidades dos Planos CV ONS e CD Eletrobrás ficaram acima do esperado para o período de janeiro a junho de 2025, o resultado positivo da Parcela “Renda Vitalícia” do Plano CD Eletrobrás está ainda maior que aquele observado no encerramento do exercício de 2024, enquanto os equilíbrios técnicos negativos das Parcelas BPDS do referido plano e “Renda Vitalícia” do Plano CV ONS reduziram em 30/06/2025 em comparação ao resultado observado em 31/12/2024.

▪ **Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais**

Referem-se às oscilações nos fundos previdenciais em razão dos créditos referentes às sobras de resgates, às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis e dos débitos relativos às transferências do fundo de riscos para as contas individuais dos participantes em decorrência das concessões de benefícios não programáveis, bem como custo mensal da apólice de seguro contratada, se cabível.

Ressalta-se que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos benefícios de risco.

A seguir são apresentadas as posições dos fundos previdenciais em dezembro de 2024 e junho de 2025. A “Variação realizada” dos Fundos Previdenciais dos Planos justifica-se considerando a rentabilidade observada no período:

Plano	CD Eletrobrás	CV ONS	EPE	CD I
Fundos Previdenciais em dez/24	R\$ 49.384.596	R\$ 14.573.997	R\$ 7.083.248	R\$ 2.597.848
Fundos Previdenciais em jun/25	R\$ 56.281.826	R\$ 16.813.267	R\$ 7.971.545	R\$ 4.151.027
(-) Variação prevista	R\$ 1.659.484	R\$ 825.958	R\$ 391.361	R\$ 134.688
(-) Variação realizada	R\$ 6.897.230	R\$ 2.239.270	R\$ 888.298	R\$ 1.553.179

Fonte: MEMO - DB/DBA-003/2025, de 08/08/2025

▪ **Constituição / Reversão de Contingências**

Com base no Memo-PRJ- 012/2025, de 19 de agosto de 2025 são apresentadas as justificativas referentes às variações orçamentárias entre Previsto e Realizado do Item "Constituições/Reversões de Contingências" da Demonstração de Resultado, no período de janeiro a junho de 2025, nos planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS BPDS, CD ELETROBRÁS RENDA VITALÍCIA, PGA, CV ONS, CV EPE, CD I ELETROBRÁS, CD ELETROS MULTI, CD PREVSERV BRASIL.

Houve variação orçamentária entre o Previsto e o Realizado das Contingências de janeiro a junho de 2025, pois não é possível mensurar com exatidão o Previsto de cada período. O Previsto, em relação à Contingência, que engloba os valores que serão contingenciados no ano seguinte, depende de diversos fatores, tais como o recebimento de citação de novos processos, a realização e apresentação em juízo de cálculos atuariais e periciais, o julgamento de processos, o fornecimento de informações pela ELETROBRAS e eventual intimação para pagamento de valores de emolumentos e condenações.

Nesse contexto, o Previsto é fornecido tomando por base uma série de critérios avaliados anualmente, tais como o maior valor de Contingência Realizada anual na comparação dos anos anteriores ao do estabelecimento da Previsão, ou então a média dos Realizados dos anos anteriores ao da Previsão. O Realizado, por sua vez, é fornecido pela Gerência de Controladoria - DFC e obtido a partir das contingências solicitadas pela Gerência Jurídica - PRJ quanto aos processos com prognóstico de perda provável, eventuais emolumentos e demais valores pagos não contingenciados, depósitos judiciais e outras informações.

Foi salientado que eventualmente ocorrem depósitos em conta da Eletros, relativos ao levantamento de valores recuperados, motivo pelo qual o valor Previsto e o valor Realizado têm remota possibilidade de serem os mesmos.

Especificamente em relação à rubrica "Constituição/Reversão de Contingências Adm." da Demonstração de Resultado da Gestão Administrativa, cumpre esclarecer que até o final de 2020 havia uma segregação entre a rubrica "PIS E COFINS", cujo Previsto e Realizado eram preenchidos pela DFC, e a rubrica "OUTRAS CONTINGÊNCIAS", esta última de responsabilidade da PRJ. Todavia, a partir de janeiro de 2021 as mencionadas rubricas foram unificadas, passando à nomenclatura única de "Constituição/Reversão de Contingências Adm.".

Os demais valores constantes do Realizado do Resultado da Gestão Administrativa decorrem de lançamentos de responsabilidade da DFC, referentes aos valores provisionados e posteriormente depositados em juízo de PIS e de COFINS, sendo que à medida que a variação das receitas administrativas é superior ao orçado no período, a base de cálculo aumenta e consequentemente ocorre o acréscimo nos valores devidos de PIS e de COFINS, o que justifica a variação orçamentária entre Previsto e Realizado.

A seguir são apresentadas as principais alterações efetuadas no período:

5923
6009
41329
46059

Plano BD Eletrobras

No que tange aos valores constantes do Realizado de janeiro a junho de 2025 do Plano BD Eletrobras, temos os seguintes comentários a tecer, com as principais alterações efetuadas no período:

- 1- no âmbito do processo n. 0048951-23.2000.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$52.080,00 referente aos honorários periciais;
- 2- no âmbito do processo n. 0000355-07.2011.5.01.0055 houve alteração do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 3- no âmbito do processo n. 0048951-23.2000.8.19.0001 houve alteração do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 4- no âmbito do processo n. 0125018-19.2006.8.19.0001 houve alteração do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 5- no âmbito do processo n. 0019100-20.2002.5.01.0065 houve alteração do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 6- no âmbito do processo n. 0000531-64.2011.5.01.0029 houve alteração do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 7- no âmbito do processo n. 0839262-13.2023.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 951,83, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 8- no âmbito do processo n. 0821026-83.2024.8.19.0031 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.046,00, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 9- no âmbito do processo n. 0812330-17.2025.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.046,00, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 10- no âmbito do processo n. 0809981-41.2025.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.046,00, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 11- no âmbito do processo n. 0822322-02.2025.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.046,00, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 12- no âmbito do processo n. 5037089-86.2025.8.13.0024 foi realizado pagamento no valor de R\$ 787,61 em razão da taxa judiciária;
- 13- no âmbito do processo n. 1127712-78.2022.8.26.0100 foi realizado pagamento no valor de R\$ 2.997,56 em razão dos honorários;
- 14- no âmbito do processo n. 5006550-78.2025.8.08.0024 foi realizado pagamento no valor de R\$ 636,86, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 15- no âmbito do processo n. 0807187-05.2025.8.19.0209 foi realizado pagamento no valor de R\$ 5.560,89, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 16- no âmbito do processo n. 5013664-72.2025.8.24.0008 foi realizado pagamento no valor de R\$ 688,89, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;

5923
6009
41329
46059

17- no âmbito do processo n. 0008285-20.2013.8.19.0002 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.094,31, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;

18- no âmbito do processo n. 0860604-17.2022.8.19.0001 foi realizado pagamento de condenação no valor de R\$40.000,00;

19- no âmbito do processo n. 0817482-38.2024.8.19.0209 foi realizado pagamento de condenação no valor de R\$12.272,61;

20- no âmbito do processo n. 0371699-58.2009.8.19.0001 foi restituído o valor de R\$ 1.703,77 referente à devolução das custas e multa em razão do êxito da Eletros;

21- no âmbito do processo n. 0145862-08.2015.4.02.5101 foi restituído o valor de R\$ 1.091,15 referente aos honorários de êxito;

Ressalta-se que o valor final contabilizado de realizado envolve uma série de fatores, tais como emolumentos, pagamentos e valores recebidos no mês e que a metodologia utilizada e valores efetivamente contabilizados devem ser obtidos junto à DFC.

Plano CD ELETROBRAS

Em relação aos valores constantes do Realizado referente ao Plano CD ELETROBRÁS Renda Vitalícia, no âmbito do processo n. 0130695-05.2021.8.19.0001 houve alteração do prognóstico de perda para provável e contingência futura no valor de R\$50.000,00; no âmbito do processo n. 0216630-18.2018.8.19.0001 houve pagamento no valor de R\$23,64 correspondente às custas judiciais para a penhora online; no processo n. 0130695-05.2021.8.19.0001 pagamento no valor de R\$1.353,42 correspondente às custas judiciais para interposição de recurso especial; no processo n. 0001019-79.2011.5.01.0009 houve alteração do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial.

Plano CD ELETROBRÁS PARCELA BPDS

Foi realizado pagamento no valor de R\$ 42,76 no processo judicial n. 0950427-65.2023.8.19.0001 referente às custas complementares para interposição de recurso.

Plano CD I ELETROBRAS

Foi realizado pagamento no valor de R\$ 6.720,15 no processo n. 0838107-09.2022.8.19.0001 correspondente aos honorários periciais que foram rateados entre as partes e no processo n. 0958375-58.2023.8.19.0001 no valor de R\$ 1.094,31 correspondente à taxa judiciária para interposição de recurso.

Planos CV ONS, CV EPE, e CD ELETROS MULTI, CD PREVSERV BRASIL

Conforme demonstrações de resultado enviadas pela DFC, não foram registradas contingências pertinentes à PRJ de janeiro a junho de 2025.

5923
6009
41329
46059

b. Receitas e Despesas Previdenciárias

Consta do Memorando DBR 002/2025, de 15 de agosto de 2025, as justificativas, referentes ao 1º semestre de 2025, com relação as variações (previsto x realizado) das Provisões das Receitas e Despesas Previdenciárias.

I - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BD ELETROBRÁS

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Na época da elaboração das previsões orçamentárias restavam 4 participantes com contribuições patronais ao Plano, no entanto ao longo do ano de 2025, um participante foi desligado de sua patrocinadora, restando, em 30/06/2025, apenas 3 participantes, uma queda de 25% no total das contribuições.-

Contribuição Normal do Participante: Na época da elaboração das previsões orçamentárias restavam 4 participantes com contribuições patronais ao Plano, no entanto ao longo do ano de 2025, um participante foi desligado de sua patrocinadora, restando em 30/06/2025 apenas 3 participantes, uma queda de 25% no total das contribuições.

- **Contribuição Extra do Participante:** Na época da elaboração das previsões orçamentárias restavam 4 participantes com contribuições patronais ao Plano, no entanto ao longo do ano de 2025, um participante foi desligado de sua patrocinadora, restando ao em 30/06/2025 apenas 3 participantes, uma queda de 25% no total das contribuições.

- **Contribuição Extra dos Assistidos:** Variação decorrente da cobrança das contribuições extraordinárias em atraso a partir de 01/2025, que não estavam estimadas no momento da elaboração destas estimativas.

II - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD ELETROBRÁS – Parcela BPDS

RECEITAS- **Contribuição Extra da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do processo - 0950427-65.2023.8.19.0001 – movido pela APEL, onde 98 assistidos tiveram o direito a não recolher as contribuições extraordinárias mensais, sendo repassado essa obrigação as patrocinadoras.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do processo - 0950427-65.2023.8.19.0001 – movido pela APEL, onde 98 assistidos tiveram o direito a não recolher as contribuições extraordinárias mensais, sendo repassado essa obrigação as patrocinadoras.

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada – Pensões:** Variação decorrente da não realização de concessões de pensão morte ao longo de 2025, quando o estimado foram 2 concessões no primeiro semestre. Devido ao baixo número de pensões no Plano – 21 pensionistas no total, a ausência das concessões representou 10% de variação.

III - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD ELETROBRÁS

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados da patrocinadora Eletrobras (91 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.
- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados da patrocinadora Eletrobras (91 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.
- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Variação decorrente do número de aposentadorias após a elaboração das estimativas orçamentárias (21 concessões de aposentadoria), superior a quantidade estimada, além de 7 pedidos de saque de até 25% da reserva matemática dos benefícios concedidos em 2025. Além disso, o reajuste da folha de benefícios do Plano CD Eletrobras foi de 7,93% em janeiro/2025 superior ao percentual de 4,24% estimado.

IV - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV ONS

RECEITAS

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente da estimativa de contribuição sobre o 13º salário ocorrer no mês de dezembro/2025, mas que somente foi repassado em janeiro/2025.

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Principal variação decorrente do número de pedidos de saque de 25% da reserva matemática não estimado no momento da previsão orçamentária do primeiro semestre de 2025 (7 pedidos de saque).

Além disso, ocorreu em fevereiro/2025 pagamento de pecúlio por morte a pensionistas, evento único, mas com valor elevado (R\$ 554.499,60).

V - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV EPE

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de empregados da patrocinadora (59 novos participantes), muito acima do informado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.
- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de empregados da patrocinadora (59 novos participantes), muito acima do informado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.
- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de

JL 5923
GB 6009
JF 41329
WF 46059

suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

VI - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD I

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados da patrocinadora Eletrobras (20 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados da patrocinadora Eletrobras (20 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Variação decorrente do número de pedidos de saque de 25% da reserva matemática acima do estimado no momento da previsão orçamentária de 2025 (15 pedidos de saque) e do pagamento único de saldo a herdeiros legais (7 pagamentos).

VII - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – ELETROS MULTI

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (8 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025. Como o número de participantes do Plano era reduzido, 21 participantes, a variação representa incremento de 38% nas receitas.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (8 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025. Como o número de participantes do Plano era reduzido, 21 participantes, a variação representa incremento de 38% nas receitas.

VIII - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD PREVSERV BRASIL

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (109 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (109 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

c. Gestão Administrativa – PGA

Consta do Memorando MEMO-DF/DFC-013/25, de 20 de agosto de 2025, as justificativas do acompanhamento e controle da execução orçamentária da Gestão Administrativa (plano de gestão administrativa – PGA) e os indicadores de gestão em complemento ao material apresentado nas reuniões periódicas CFE e que constam nas respectivas atas.

As principais variações apresentadas no acompanhamento orçamentário do primeiro semestre de 2025 foram:

- **Taxa de administração:** em (Jan a Jun) o realizado da taxa de administração, percentual incidente sobre os recursos garantidores dos planos de benefícios, foi inferior ao previsto devido a rentabilidade dos ativos considerada quando da previsão orçamentária. Variação negativa no período de R\$ 741 mil;
- **Resultado Líquido dos investimentos:** em (Jan a Jun) resultado acumulado foi positivo R\$ 7.649 mil, ficando superior ao inicialmente previsto em decorrência da variação positiva no segmento de Renda Fixa do plano se deve à parte da carteira relacionada aos títulos públicos atrelados ao IPCA, que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance maior do que a expectativa de retorno. Variação positiva no período de R\$ 14.203 mil.
- **Atualização dos depósitos judiciais:** em (Jan a Jun), com base nos extratos das instituições financeiras, foi registrada a atualização dos depósitos judiciais R\$ 2.705 mil, não tendo sido prevista a receita na previsão orçamentária. Esse mesmo reflexo pode ser observado nas Contingências.
- **Despesas Comuns / Pessoal e Encargos:** em (Jan a Jun) o realizado foi inferior ao previsto no montante de R\$ 2.856 mil, basicamente, em decorrência de férias não realizadas, previsão de rescisão não realizada, ACT.
- **Despesas Comuns / Serviços de Terceiros:** em (Jan a Jun) o realizado foi inferior ao previsto, influenciado, basicamente, pelos projetos ainda não realizados referentes planejamento estratégico ou outros serviços ainda não contratados. Até (Jun) a realização está menor em relação ao orçado no valor de R\$ 1.134 mil.
- **Constituição/Reversão de Contingências Administrativas:** aumento da base de cálculo (receitas administrativas) do PIS e COFINS, tendo como principal variável o resultado da rentabilidade dos investimentos, aumento, por consequência o valor do imposto. Em decorrência da atualização dos depósitos judiciais, as contingências foram atualizadas no mesmo montante.

Cabe destacar que para acompanhamento da gestão administrativa foram estabelecidos indicadores no capítulo VIII, Art. 19 do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, conforme a seguir:

- I.Despesas Administrativas em relação ao total de participantes
- II.Despesas Administrativas em relação aos recursos garantidores;
- III.Despesas Administrativas em relação ao Ativo total;
- IV.Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação aos recursos garantidores;
- V.Custeio Administrativos em relação aos recursos garantidores;
- VI.Receita Administrativa em relação às despesas administrativas;
- VII.Despesas administrativas em relação ao fundo administrativo; e



VIII. Constituição/Reversão do fundo administrativo.

Com base no Relatório da Controladoria, 06/2025, de junho de 2025, emitido em 12/08/2025, a tabela a seguir apresenta os indicadores que constam no art. 19 do Regulamento do PGA da ELETROS, aprovado pelo Conselho Deliberativo, além dos previstos na Resolução CNPC 62/2024.

Indicador	Descrição	Interpretação	Consolidado ou Plano	junho/2025		
				Previsto	Realizado	Varição
Despesas Administrativas em relação ao Número de Participantes	Despesas Administrativas / Número de participantes	Demonstra o valor médio em Reais da Despesa Administrativa por participante.	Consolidado	R\$ 3.053,35	R\$ 2.551,88	-16,4235%
Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores	Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.	Consolidado	0,3021%	0,2644%	-12,6680%
Despesas Administrativas em relação ao Ativo Total	Despesas Administrativas / Ativo Total	Demonstra o percentual do Ativo Total que está sendo utilizado para cobertura das Despesas Administrativas.	Consolidado	0,2968%	0,2435%	-17,9535%
Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos em relação aos Recursos Garantidores	Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas com pessoal e encargos.	Consolidado	0,2035%	0,1885%	-7,3798%
Limite da Taxa de Administração <i>Exclusivo para planos de benefícios patrocinados por entes regidos pela Lei Complementar nº 106/2001</i>	Taxa de Administração / Recursos Garantidores	Quanto maior o percentual, mais próximo a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.	Plano BD Eletrobrás	0,1928%	0,1942%	0,3633%
			Plano CD Eletrobrás	0,1935%	0,1928%	-3,3578%
			Plano Eletrobrás CD I	0,1931%	0,1957%	-1,7116%
			Plano EPE	0,2135%	0,1875%	-14,5473%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.	Consolidado	103,5711%	151,0503%	45,8428%
Despesas Administrativas em relação ao Fundo Administrativo	Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.	Consolidado	15,2556%	12,6832%	-16,8616%
Constituição/Reversão do Fundo Administrativo	Constituição/Reversão do Fundo Administrativo / Fundo Administrativo do exercício anterior	Quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.	Consolidado	-0,2624%	3,1945%	-1317,5115%
Despesas Administrativas em relação às Receitas Administrativas	Despesas Administrativas / Receitas Administrativas	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas receitas para cobrir despesas administrativas.	Consolidado	36,5521%	66,2028%	-31,4330%
Despesas administrativas em relação às despesas orçadas	Despesas administrativas / Despesas Orçadas	O percentual apurado, indica a execução orçamentária. Se <= 100% indica que a execução orçamentária está dentro do previsto. Se > 100% indica que houve estouro orçamentário.	Consolidado	90,4651%	82,5678%	-8,7297%
Despesas Administrativas de Pessoal e Encargos em Relação às Receitas Administrativas	Despesas Administrativas Pessoal e Encargos / Receitas Administrativas	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência na utilização das receitas administrativas para custear as despesas administrativas com pessoal e encargos, preservando recursos para outras despesas administrativas.	Consolidado	64,3077%	47,2001%	-27,2811%
Despesas Administrativas de Pessoal e Encargos em Relação às Despesas Administrativas	Despesas administrativas Pessoal e Encargos / Despesas Administrativas	Quanto menor o percentual apurado, menor o peso das despesas administrativas com Pessoal e Encargos nas despesas administrativas totais, indicando maior equilíbrio nos gastos.	Consolidado	67,2256%	71,2963%	6,0553%
Taxa de Administração em Relação ao Total de Participantes	Taxa de administração / Número de Participantes	Quanto menor o percentual apurado, menor o peso das despesas administrativas com Pessoal e Encargos nas despesas administrativas totais, indicando maior equilíbrio nos gastos.	Consolidado	2.061,42	1.921,52	-6,7864%

* Até um por cento em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário, execução orçamentária está dentro do previsto. Se > 100% indica que houve estouro orçamentário.

** Até nove por cento em relação ao somatório das contribuições e dos benefícios de caráter previdenciário, estouro orçamentário.

Fonte: Relatório Gerencial da Controladoria de jun/2025, emitido, em 12/08/2025

9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos dirigentes aprovarem e reverem, de forma periódica, a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento e com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

Assim, o processo de gerenciamento de riscos da Entidade deve buscar identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiro.

O Conselho Fiscal, nas suas reuniões ordinárias, conforme plano de trabalho, realiza avaliações de Relatórios Gerenciais, bem como conta com apresentações realizadas pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (PRG); Compliance (PRI) e Auditoria Interna (AUD), tomando conhecimento das iniciativas desenvolvidas pelas áreas e tem apresentado

sugestões de melhorias, em especial no que se refere à estratégia adotada para o gerenciamento de riscos, de compliance e de Auditoria Interna.

A. Gestão de Riscos

À luz da CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, e a referida CGPC instrui ainda que os riscos devem ser identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto nos objetivos e metas traçados pela Entidade.

De acordo com o Relatório Gerencial/PRG - 001/25, de 18/08/2025, a gerência de Riscos - PRG reportou que ao longo do 1º semestre de 2025 a Eletros vem atuando de modo a garantir que os processos das suas três diretorias: Presidência – PR; Diretoria de Benefícios Previdenciários – DB; e a Diretoria Financeira – DF; estejam plenamente aderentes para fins de identificação e gerenciamento dos riscos.

Como critério de avaliação, a Eletros é orientada pelo COSO-ERM, framework de referência no tema gestão de riscos corporativos e tem por objetivo orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema.

De acordo com o COSO-ERM, a gestão de riscos corporativos é:

Processo que permeia toda a organização, colocado em prática pela alta administração da entidade, pelos gestores e demais colaboradores, aplicado no estabelecimento da estratégia e projetado para identificar possíveis eventos que possam afetar a instituição e para gerenciar riscos de modo a mantê-los dentro do seu apetite de risco, com vistas a fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade (COSO, 2004, tradução livre).

Na perspectiva do cubo do COSO-ERM que trata dos componentes do modelo, observa-se que a atividade “análise de riscos”, anteriormente prevista no COSO-IC, foi substituída e complementada pelas seguintes atividades: identificação de eventos, avaliação de riscos e, por fim, resposta a riscos. Essas atividades devem considerar o apetite de risco e os níveis de tolerância a riscos definidos pela organização.

O COSO-ERM introduz conceitos interessantes como apetite a risco e tolerância a riscos. O primeiro refere-se ao montante de risco que a organização dispõe-se a aceitar na criação de valor. O segundo trata do nível de variação aceitável no alcance de um certo objetivo.

No primeiro semestre de 2024, a Eletros providenciou a revisão do seu Planejamento Estratégico para o triênio 2024-2027.

Com a participação do corpo funcional e da alta administração, foram analisados aspectos passados, como uma retrospectiva, observando as conquistas, os aprendizados e as frustrações.

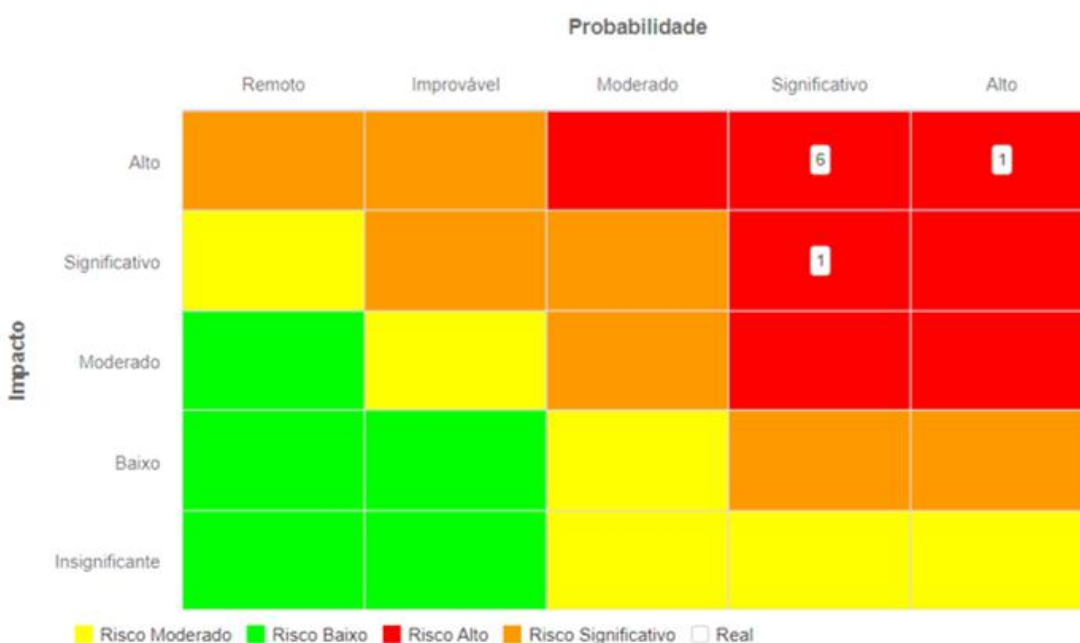
Dentro do mapa de contexto, foram analisados desde tendências gerais como regulamentação, reformas, eleição, evolução tecnológica; passando pelos movimentos do

setor, tais como aumento da competitividade do setor, aprimoramento regulatório, concentração de fornecedores; até o contexto interno à Eletros, como a busca de novos patrocinadores.

A partir dessa análise de contexto foram criados direcionadores estratégicos, metas, matriz de riscos e agenda de projetos, que foram incorporados ao SoftExpert em um portal próprio. Neste contexto, os principais riscos identificados são:

1. Mudanças estatutárias;
2. Incorporação da Fundação;
3. Concorrência das Abertas e Fechadas;
4. Portabilidade e Resgates;
5. Saída de Patrocinadoras e Patrocínio;
6. Legislação e Decisões Judiciais desfavoráveis;
7. Concentração de Fornecedores; e
8. Governança/ Imagem.

A seguir, segue a matriz desenvolvida a partir dos riscos identificados:



Fonte: Matriz de Riscos Estratégicos – Planejamento Estratégico 2024-2027

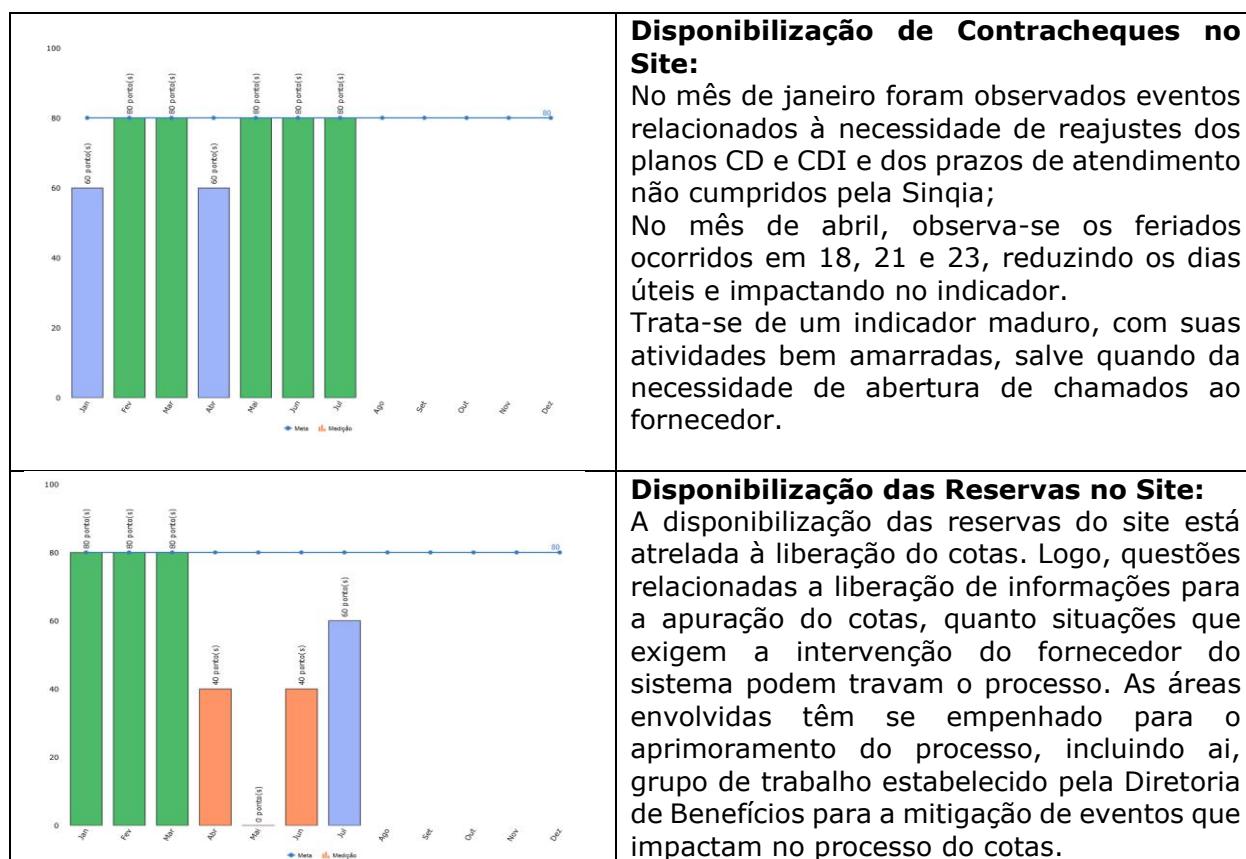
Com relação ao primeiro semestre de 2025, a PRG vem acompanhando os planos de ação derivados do atual Planejamento Estratégico de forma regular.

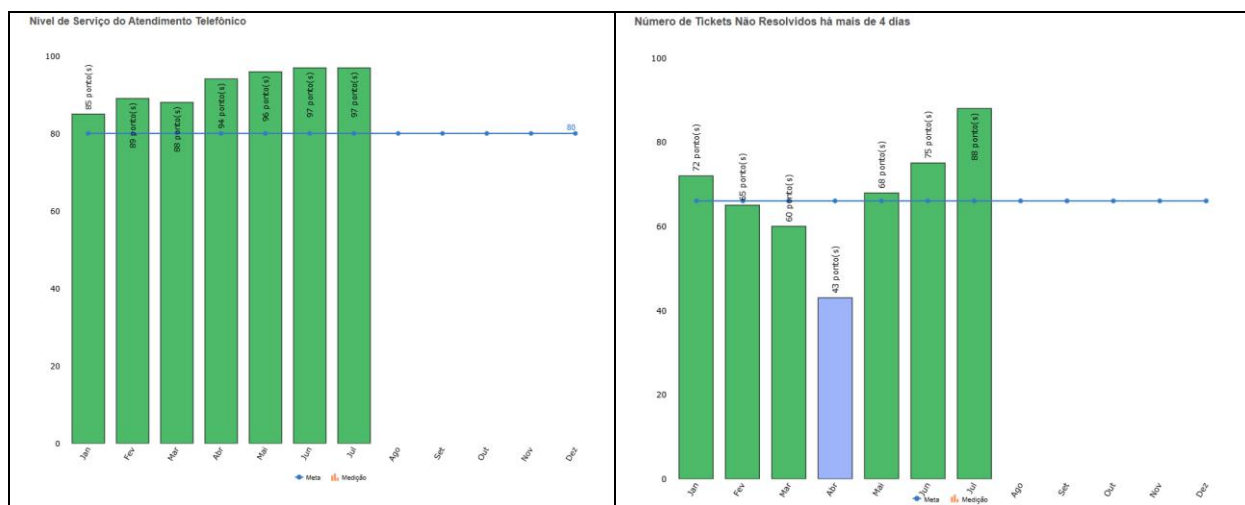
B. Objetivos da Qualidade

A Eletros vem mantendo a sua certificação ISO 9.001:2015 para os processos da Diretoria de Benefícios Previdenciários – DB, e passará por nova auditoria de certificação no segundo semestre de 2025.

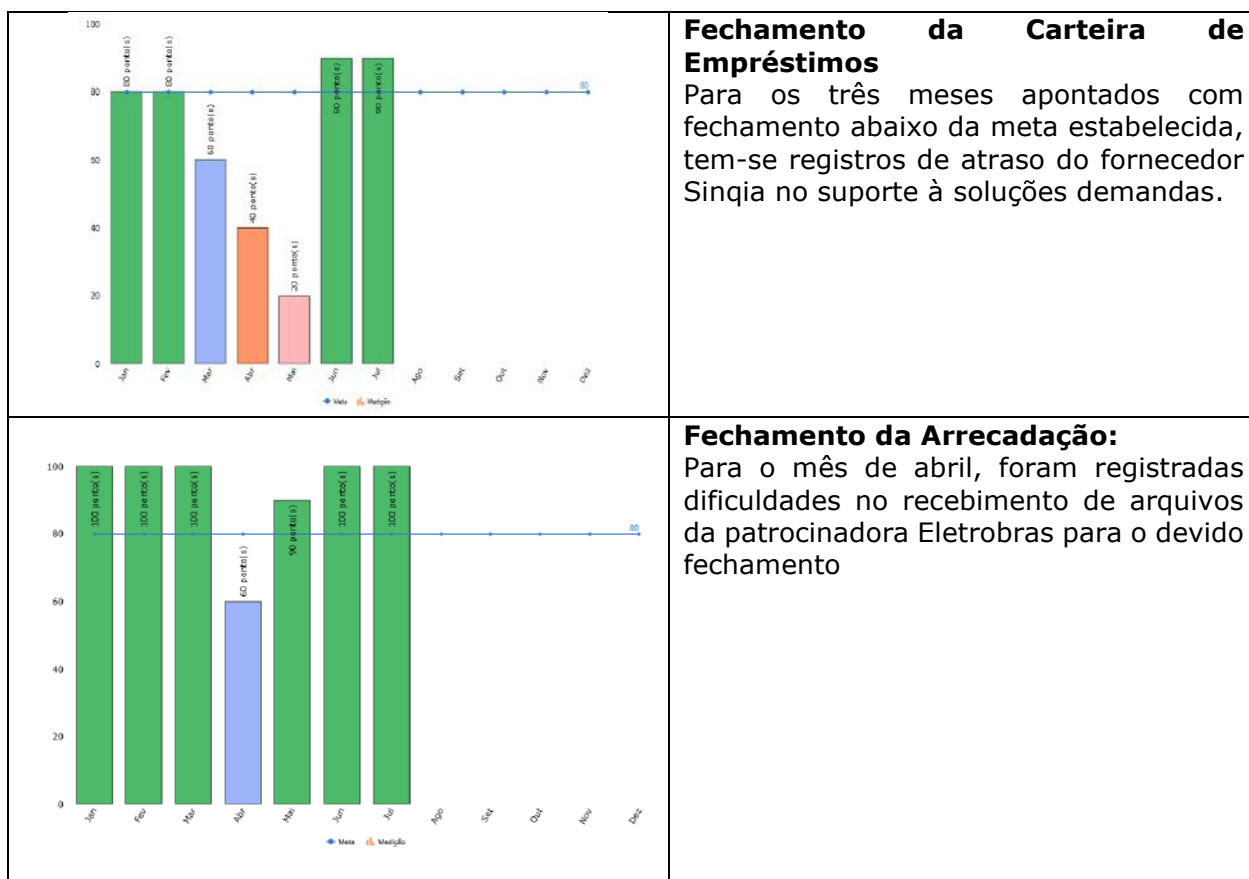
Para o cumprimento dos objetivos da qualidade, foram instituídos, além da análise de processos e reuniões críticas, indicadores de desempenho, cujo desempenho referente ao primeiro semestre são apresentados a seguir:

1. Satisfação do Cliente





2. Eficiência Operacional



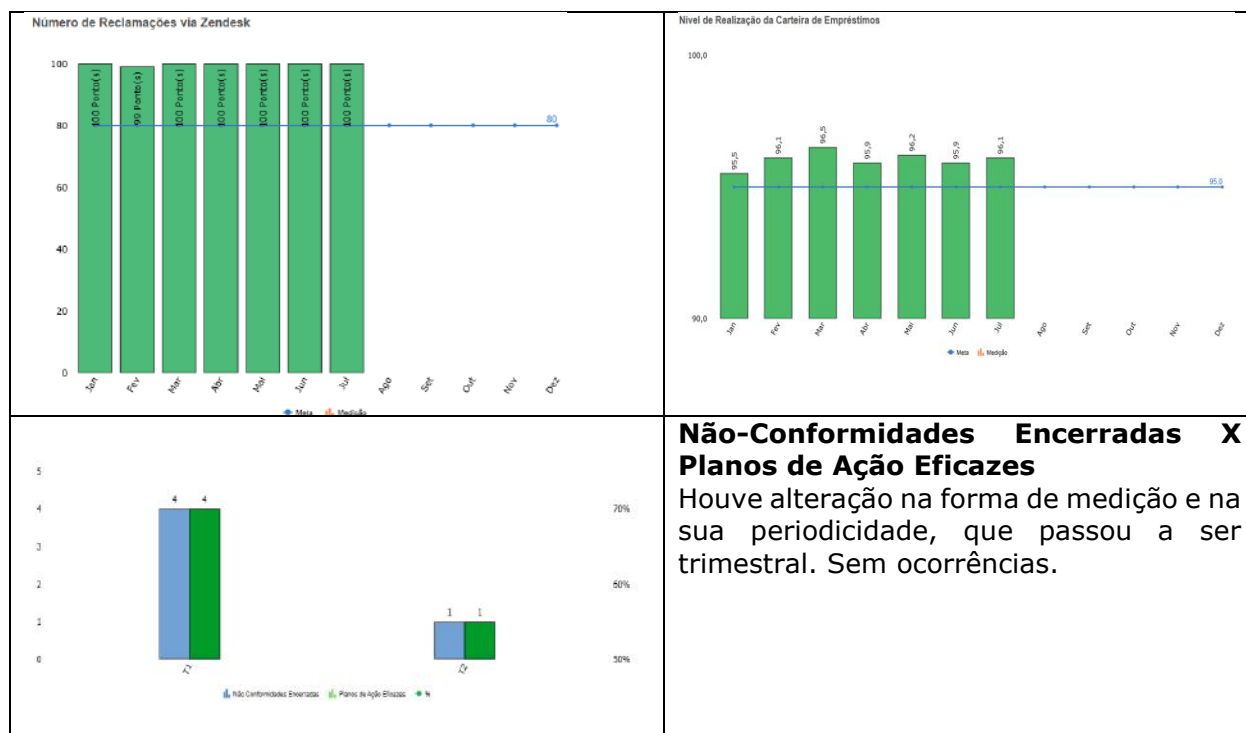
Fechamento da Carteira de Empréstimos

Para os três meses apontados com fechamento abaixo da meta estabelecida, tem-se registros de atraso do fornecedor Sinquia no suporte à soluções demandas.

Fechamento da Arrecadação:

Para o mês de abril, foram registradas dificuldades no recebimento de arquivos da patrocinadora Eletrobrás para o devido fechamento

3. Controle e Risco

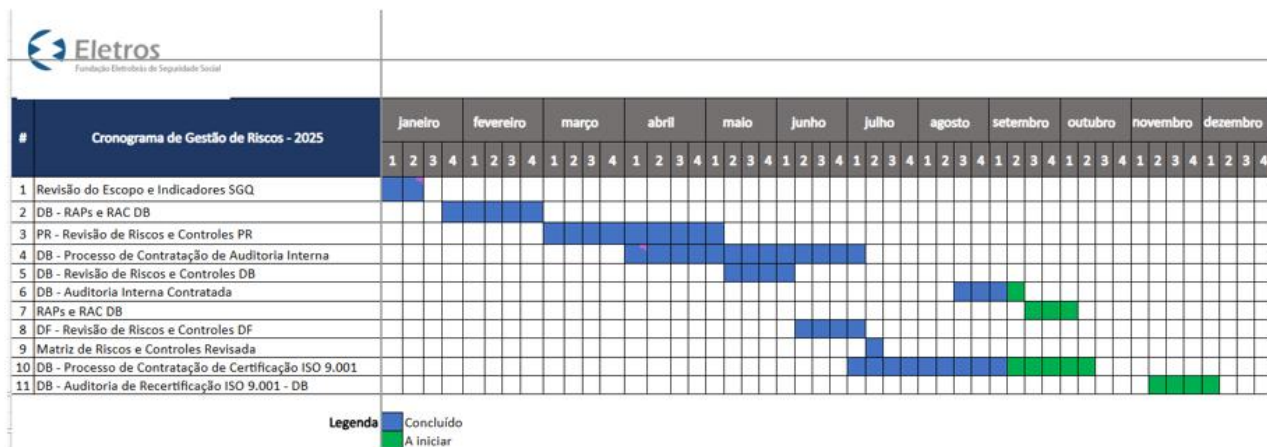


C. Gestão De Riscos Corporativos da Eletros

Em janeiro de 2025, a DEE aprovou o calendário de atividades de gestão de riscos proposto pela PRG.

O referido cronograma concilia ações relacionadas às duas diretorias e à presidência, buscando-se o aprimoramento da análise da gestão de riscos a partir de entrevistas com as áreas e com os facilitadores dos respectivos processos, de forma a compreender se os fluxos estariam aderentes às atividades desenvolvidas para, na sequência validar os riscos existentes com os seus respectivos controles. Avaliando o nível de riscos e a qualidade dos controles existentes, concluindo na revisão da matriz de riscos da Eletros.

Adicionalmente, o cronograma foi providenciado de forma que o Sistema de Gestão da Qualidade e a manutenção da certificação ISO 9.001:2015 fossem assegurados para os processos da Diretoria de Benefícios, a DB.



Fonte: Cronograma Gestão de Riscos 2025

A partir da revisão providenciada, houve a geração de nova matriz de riscos, contudo, vale registrar que a nova matriz, tratou os riscos por processos e não por atividades, o que reduziu o quantitativo de registros, porém sem perdas na qualidade da entrega.

Com relação aos demais indicadores de desempenho, a PRG vem realizando o seu devido monitoramento. Dentre os indicadores criados, a Diretoria Executiva da Eletros selecionou parte deles, com aspecto mais táticos e estratégicos, para seu monitoramento periódico

D. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT

Tendo por objetivo atuar na prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento a terrorismo, a Eletros mantém o processo de Monitoramento e Comunicação ao COAF, que visa identificar aportes realizados por participantes em valores iguais ou superiores a R\$10.000,00 (dez mil reais) e comunicar àqueles em valores superiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), dando especial atenção àqueles aportes realizados por participantes qualificados como PPE – Pessoa Politicamente Exposta, em consonância ao disposto do Capítulo XIII – Dos Procedimentos visando à Prevenção dos Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, e de Combate ao Terrorismo da Resolução PREVIC nº 23, de 14/08/2023.

Até o dia 30/06/2025, a Eletros recepcionou 84 (oitenta e quatro) aportes com valores iguais ou superiores a R\$10.000,00 (dez mil reais) o que significa um aumento de 6,5% com relação ao mesmo período de 2024, quando foram registrados 74 (setenta e quatro) aportes.

Os aportes efetuados tiveram como finalidade: a. amortização de empréstimos; b. aportes aos planos de benefícios e c. amortização de déficit.

Sobre os aportes, registra-se o que segue:

Motivação do Aporte	Registros	Total apurado (R\$)
Aporte Extraordinário ao Plano	7	702.539,80
Amortização de Empréstimos	67	402.478,20
Amortização de Déficits	10	2.169.910,94
Total	84	3.284.928,94

Dos aportes realizados, 32 (trinta e dois) exigiram comunicação ao COAF, por serem valores superiores a R\$50.000,00. Desses, 2 participantes se declararam como PPE.

Das comunicações providenciadas, seus participantes são majoritariamente de participantes oriundos dos patrocinadores Eletrobras e ONS. Sendo 47 registros da Eletrobras e 21 da ONS.

Todos os valores recebidos foram providenciados por participantes ativo, assistido, em auto patrocínio total, em BPD ou em prazo de opção por um dos institutos ou ainda por beneficiário assistido para amortização de empréstimos.

Para aportes são gerados boletos para pagamento, o que impossibilita pagamentos com valores em espécie ou por transferências bancárias diretamente na conta da Fundação.

Ainda com relação ao tema, a Eletros desenvolveu o FLX-SGQ-2010 – Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU, que visa a atender o art. 379 da Res. 23/2023, onde dispõe da necessidade de cumprimento das medidas estabelecidas nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou das designações de seus comitês de sanções que determinem a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indireta, de pessoas naturais, de pessoas jurídicas ou de entidades, nos termos da Lei nº 13.810, de 08/03/2019

B1. Auditorias

(i) Auditoria Externa

Um ponto de controle relevante é o fato de a Fundação contar com os serviços de auditoria independente executados pela Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes, para revisar e emitir opinião sobre as Demonstrações Contábeis da Entidade.

Neste contexto, conforme Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias do exercício de 2025 emitida em 18 de agosto de 2025, “as demonstrações contábeis [...] apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros e individual por plano de benefício em 30 de junho de 2025, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB)”.

(ii) Auditoria Interna da ELETROS – Relatório Gerencial de Denúncias

O relatório foi elaborado com o objetivo de atender as diretrizes contidas no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da Eletros – CFE para o exercício 2025, aprovado na 486ª reunião do Colegiado, ocorrida em 16.12.24. De acordo com as diretrizes contidas no subitem 3, do item 7 do Plano de Trabalho a AUD deve reportar quadrimestralmente os registros realizados no Canal de Denúncias da Entidade.

O Plano de Trabalho do CFE lista um conjunto de informações que devem constar no Relatório Gerencial. Neste sentido, a configuração do relatório procurou ser a mais fiel possível às

diretrizes emanadas pelo Conselho sendo, de forma dinâmica, sujeito a melhorias que possam ser demandadas pelo Colegiado posteriormente.

Conforme determina o Regulamento do Canal de Denúncias, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, denúncia contra membros estatutários é matéria privativa do Colegiado. Ainda de acordo com o Regulamento do Canal de Denúncias, a publicidade dos registros será dada conforme disposto nos subitens **b** e **c**, do item **7. Matriz de Comunicação**, abaixo reproduzido:

b) Será dada publicidade das denúncias, inclusive contra membros estatutários, independente de indicados ou eleitos, por intermédio de canal de comunicação a ser definido pelo CDE

c) A publicidade será restrita à divulgação de dados estatísticos, vedada a divulgação de informações que possam identificar casos individuais.”

Por fim, informamos que até a data de 30 de junho de 2025 houve um registro realizado no Canal de Denúncias que está sendo conduzida conforme o regramento estabelecido.

C. Compliance

O *Compliance*, de forma sistêmica, deve permear todos os níveis da organização e ser composto por um conjunto de elementos que atendam a três finalidades básicas: prevenir, detectar e responder.

As boas práticas definem que o *compliance* é um processo contínuo e resultado de uma organização que cumpre suas obrigações éticas e legais.

Cabe à Gestão de *Compliance* estimular não somente o cumprimento de leis e regras, a prevenção e detecção de condutas ilícitas, mas também encorajar, no âmbito institucional, a vontade de cumprir a lei e de agir eticamente, o que só é possível de forma holística, pois abrange aspectos de governança, conduta e transparência, e de forma integrada, a outros processos como: gestão de riscos, gestão de projetos, auditorias etc.

Visando alinhamento às boas práticas, o CFE observou as atividades desenvolvidas pelo Compliance institucional da Eletros onde foi possível verificar que, após a segregação da coordenação de Compliance da área jurídica, a área vem passando por um processo de transformação e amadurecimento, não apenas no âmbito técnico, mas também na estratégia que visa um melhor acompanhamento dos requisitos legais. Neste sentido o Colegiado observou empenho da área para atender ao Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da Eletros e aprimorar a forma de apresentação dos resultados dos trabalhos. Verificou ainda que ao longo de 2024 e no 1º semestre de 2025 foram implantadas rotinas para buscar emitir os relatórios gerenciais trimestrais no formato sugerido pelo CFE. Tais informações estão sendo construídas com intuito de informar o nível de aderência à legislação e normativos internos.

JL 5923
GB 6009
JF 41329
WF 46059

(i) COMPLIANCE AOS REQUISITOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Relativamente ao cumprimento das obrigações legais pela Entidade, esclarecemos que no período de janeiro de 2025 até a 30 de junho de 2025, não estivemos com nenhuma obrigação vencida ou pendente de baixa, estando todas em dia.

(ii) Fatos Relevantes no Período

- 1) A decisão do Conselho Deliberativo da Eletros-CDE tomada durante a 566ª reunião, realizada em 21 de fevereiro de 2025 quando apreciou a Carta da Patrocinadora Eletrobras CTA-VGC- 240/2025, que trata da solicitação de Indicação de representantes para participarem do Projeto de Otimização da Previdência das Empresas Eletrobras, de atender a demanda da patrocinadora com a indicação de 1 (um) representante técnico para os seguintes temas: Jurídico, Contábil, Investimentos, Administração, Recursos Humanos, Seguridade, Atuarial e Tecnologia da Informação. A DEE fez as indicações em 11 de março durante a sua 1315ª reunião. O grupo participou da primeira reunião para conhecimento do projeto.
- 2) A conquista do selo de Autorregulação em Governança de Investimentos com a avaliação dos processos da Eletros, já no Relatório de Compliance nº 001/2025, Página18, padrão do Novo Código de Autorregulação. A validade do selo é de 3 (três) anos.



- 3) Para cumprimento da Resolução CGPAR/ME nº 38, de 4 de agosto de 2022 que dispõe sobre as atribuições das empresas estatais federais, na condição de patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários, na supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades **fechadas de previdência complementar** de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, a EPE iniciou em janeiro/2025, um novo ciclo de auditoria interna na Eletros, em curso desde então, vindo a solicitar envio de documentos no decorrer do primeiro semestre de 2025.
- 4) A Eletrobrás iniciou, em maio, um novo ciclo de auditoria interna na Eletros. Até a presente data, o processo continua em andamento, com o envio de documentos à Eletrobrás.

D. Monitoramento e Comunicação ao COAF - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo – PLD/FT

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC define na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, os procedimentos que devem ser adotados pelas EFPC visando à prevenção dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e de combate ao terrorismo.

O Capítulo 9 desta Manifestação - Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade – em seu item D – Prevenção à Lavagem de Dinheiro – aborda a atuação da Eletros nesse tema, dando especial atenção àqueles aportes realizados por participantes qualificados como PPE – Pessoa Politicamente Exposta, em consonância ao disposto do Capítulo XIII – Dos Procedimentos visando à Prevenção dos Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores, e de Combate ao Terrorismo da Resolução PREVIC nº 23.

E. Canal de Denúncias da Entidade:

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda., sendo denominado Canal de Denúncias da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020.

Em março de 2025 foi elaborado o Relatório Gerencial de Denúncias com o objetivo de atender as diretrizes contidas no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da Eletros – CFE para o exercício 2024, aprovado na 486ª reunião do Colegiado, ocorrida em 16.12.24.

De acordo com as diretrizes contidas no subitem 3, do item 7 do Plano de Trabalho a AUD deve reportar quadrimestralmente os registros realizados no Canal de Denúncias da Entidade.

Conforme determina o Regulamento do Canal de Denúncias, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, denúncia contra membros estatutários é matéria privativa do Colegiado. Desta forma, o conteúdo do presente relatório contempla os registros envolvendo os demais stakeholders não enquadrados no parágrafo supracitado.

Para informação até dezembro de 2024 não há registros realizados no Canal de Denúncias conforme informação extraída do sistema contratado da empresa Resguarda do Brasil.

10. Governança e Planejamento Estratégico:

No primeiro semestre de 2025, a Governança da Eletros foi alterada em decorrência da saída, até 30 de junho de 2025, de dois membros dos Conselhos Fiscal.

Outrossim, destaca-se que no primeiro semestre de 2024, a Alta Administração revisou o Planejamento Estratégico para o triênio 2024-2027. Em definitivo, em 31/07/2024, o Conselho Deliberativo aprovou o Planejamento estratégico, que se constitui de ações e o cronograma preliminar para alcance dos seguintes objetivos:

Projeto 1 – Revisão do Estatuto

Projeto 2 – Novos Clientes

Projeto 3 – Nova Identidade

Projeto 4 - Fortalecimento do Relacionamento Institucional

Projeto 5 – Relacionamento com Participantes

Projeto 6 – Plano de Otimização dos Processos

Projeto 7 – Cultura Vencedora

Projeto 8 – Revisão da Missão, Visão e Valores da Eletros

O CDE determinou ainda que as ações iniciadas em 2025 não podem gerar despesa além das já aprovadas no orçamento do ano. Os Projetos com início em 2025 deverão ser objeto de validação/confirmação por parte do CDE no início da sua execução.

11. Recomendações do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal desempenha um papel institucional importante no sistema de freios e contrapesos visando adequado funcionamento da EFPC. Suas recomendações visam contribuir para a transparência, a governança corporativa e a proteção dos interesses dos stakeholders. As recomendações do Conselho Fiscal ajudam a assegurar a conformidade das práticas da Entidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis. Isso inclui a verificação da adequação dos controles internos, a revisão das demonstrações financeiras, a avaliação de riscos e a detecção de possíveis irregularidades.

As recomendações emanadas pelo Conselho Fiscal, em Atas e no Relatório de Controles Internos contribuem para a prevenção de fraudes, corrupção e outros comportamentos inadequados, garantindo a integridade dos processos operacionais e financeiros da Entidade. Além disso, as recomendações do Conselho Fiscal podem auxiliar a Eletros na tomada de decisões estratégicas e táticas.

Outro aspecto importante das recomendações do Conselho Fiscal é o fortalecimento da percepção de confiança dos participantes e patrocinadoras em geral, ao demonstrar uma governança corporativa sólida e uma atuação diligente na fiscalização dos interesses da Entidade.

As recomendações do Conselho Fiscal buscam garantir a conformidade, a transparência e o acompanhamento sobre a gestão de riscos da Entidade.

Neste sentido, o Conselho Fiscal exara recomendações, que constam das manifestações associadas aos temas tratados a cada ano no Relatório de Controles Internos, objetivando contribuir, dentro de sua competência de atuação, com o constante processo de aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos.

Todas as demandas e recomendações do CFE foram devidamente tratadas pela alta gestão com respostas por escrito ou apresentações presenciais nas reuniões ordinárias, ainda que nem todas tenham sido aderidas na plenitude.

A seguir, apresentam-se consolidadas as recomendações exaradas pelo Conselho Fiscal de Janeiro a Junho de 2025:

Ata 488ª RCFE – 31/01/2025

- Multa contratual – Empresa EQUIXIS: Solicitação detalhada da decisão de pagamento da multa por rescisão contratual, incluindo análise dos termos contratuais, justificativas legais e impactos financeiros para a Fundação.
- Laudos de avaliação dos imóveis: Exigência de disponibilização integral dos laudos de avaliação patrimonial, com destaque para metodologia aplicada, critérios de valoração e conformidade com a Instrução Previc nº 31/2020.
- Inclusão de memorando jurídico em nota técnica: Determinação de anexar o MEMO-PR/PRJ-001/25 à NT PRJ/DFC-001/24, ressaltando os fundamentos jurídicos que embasam as recomendações técnicas.
- Relatório de Risco de Cadastro: Solicitação de disponibilização do relatório detalhado para mitigação de inconsistências cadastrais, com foco em controles internos e prevenção de fraudes.

Ata 489ª RCFE – 26/02/2025

- Benchmarking de rentabilidade dos planos CV: Apresentação de estudo comparativo aprofundado da rentabilidade de 2024 e dos últimos 5 anos com EFPC S2, incluindo análise de variáveis macroeconômicas e estratégias de investimento.
- Custos de vacância dos imóveis: Solicitação de demonstrativos mensais e anuais detalhados dos custos de vacância, com identificação das causas e propostas de mitigação.
- Apresentação da Auditoria Independente BDO: Recomendação de reunião extraordinária para apreciação das demonstrações financeiras de 2024, com discussão dos principais achados e recomendações da auditoria.
- Exemplo prático sobre precificação de títulos públicos: Solicitação de apresentação elucidativa sobre impactos da marcação na curva versus mercado, com exemplos numéricos e cenários comparativos.

Ata 490ª RCFE – 21/03/2025

- Parecer sobre Demonstrações Financeiras 2024: Emissão de parecer favorável, sem ressalvas, após auditoria da BDO e pareceres atuariais da WTW e equipe interna, destacando a conformidade com normas contábeis e atuariais vigentes.

Ata 491ª RCFE – 26/03/2025

- Planejamento financeiro trimestral: Solicitação de cronograma detalhado de apresentações trimestrais de planejamento financeiro, com metas, indicadores e responsáveis.
- Benchmarking de rentabilidade (continuação da 489ª): Apresentação de estudo comparativo com planos CV similares, incluindo análise de performance e riscos.
- Cláusulas contratuais – Equinix: Recomendação de revisão preventiva de contratos para evitar cláusulas onerosas, com análise jurídica e propostas de ajustes.

Ata 492ª RCFE – 25/04/2025



- O CFE solicitou acesso aos documentos de gestão da ELETROS, anteriores à posse do Conselheiro, entendendo que esta limitação também limita a responsabilidade de pesquisa sobre temas relevantes à fundação. Reiterando, que estes bloqueios técnicos sejam transpostos a fim de permitir a todos os Conselheiros da Fundação um livre acesso às documentações, independentemente da data de criação/disponibilização dos mesmos.

Ata 493ª RCFE – 30/05/2025

- Parecer jurídico externo sobre recomendações: Solicitação de parecer de consultoria jurídica independente para validar as recomendações do Conselho.
- Reunião de trabalho para consolidação das recomendações: Proposta de encontro específico para consolidar posição do CFE no Relatório de Manifestação 2024, com participação dos principais stakeholders.
- Gestão de riscos – certificações e processos: Solicitação de acompanhamento detalhado sobre certificações ISO e implementação de SLAs nos empréstimos, visando aprimorar controles e reduzir riscos.

Ata 495ª RCFE – 27/06/2025

- Revisão normativa – agente custodiante e fiduciário: Solicitação de proposta detalhada de revisão normativa, com análise de impactos regulatórios e operacionais.
- Apresentação sobre resgates nos planos CD: Solicitação de esclarecimentos detalhados sobre número elevado de resgates em março/2025, incluindo perfil dos participantes e causas.
- Apresentação sobre inadimplência de empréstimos: Solicitação de relatório geral detalhado sobre riscos de inadimplência, com indicadores e medidas mitigadoras.
- Convênio com rede de hotéis Le Canton: Solicitação de divulgação institucional detalhada do convênio, com benefícios e alcance para os participantes.

12. Conclusão

Analizando o conjunto abrangente de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os materiais basilares examinados nas reuniões do Conselho Fiscal realizadas ao longo do período base, bem como os documentos de referência mencionados no item 13, o CFE conclui em sua Manifestação relativa ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025, que aborda de maneira substancial os aspectos relevantes referentes a Riscos, Controles Internos e Conformidade. Portanto, tais informações devem ser consideradas como parte integrante do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, salientando que sua relevância não se limita apenas a esses usuários. Cabe destacar que a gestão de riscos e controles internos constitui uma ação contínua, visando o constante aprimoramento desses aspectos.



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O CFE, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, especialmente as estabelecidas na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, a fim de fundamentar a emissão deste Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao primeiro semestre de 2025 utilizou-se de informações e evidências formalizadas nos Relatórios Gerenciais e Memorandos que fizeram parte do material basilar desta manifestação, para monitorar as atividades administrativas e, comunicar que as reuniões mensais foram conduzidas de acordo com o Plano de Trabalho do Colegiado que prevê, entre outras, verificações relativas:

- Gerenciamento de Riscos;
- Gestão de Compliance;
- Gestão do Passivo;
- Gestão do Ativo;
- Execução orçamentária;
- Certificação dos dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento;
- Gestão Administrativa;
- Resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
- Planejamento Estratégico.

Como resultado de todas essas atividades, o Conselho Fiscal da ELETROS, com base nas verificações e análises realizadas durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025, reportou em suas Atas e nos Relatórios de Controles Internos, emitido semestralmente, todos os fatos ou evidências, de seu conhecimento, que possam ser utilizadas por seus diversos usuários.

Vale ressaltar que o processo de Gestão Baseada em Riscos e Controles Internos, bem como sua fiscalização, são processos contínuos que devem ser vistos como um ciclo virtuoso, pois visam atender aos requisitos de transparência da gestão e prestação de contas, possibilitando um maior monitoramento por todas as partes interessadas. O conjunto de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os Relatórios emitidos pelos Auditores Independentes da Entidade, bem como os Relatórios Gerenciais das áreas técnicas, permite ao Conselho Fiscal concluir que as informações relativas a Risco, Controles Internos e Conformidade, abrangendo o período em questão, estão suficientemente abordadas neste Relatório de Manifestação do CFE em seus aspectos relevantes. Tais informações devem, portanto, ser consideradas como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, sem, contudo, limitar-se a estes. Destaca-se aqui que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua que visa a constante melhoria da Entidade.

A presente manifestação deverá ser devidamente comunicada ao Conselho Deliberativo, a quem compete deliberar sobre as medidas que, eventualmente, sejam consideradas necessárias. Além disso, deverá permanecer arquivada na Entidade, ficando à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

13. Documentos de Referência

- Legislações e normativos citados.
- Memo SEG – 002/2025: Informação para o Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal – De janeiro a junho (1º Semestre) de 2025
- Planilha contendo a relação dos dirigentes Certificados / Habilitados
- Memo DB/DBA – 003/2025: Justificativas para as Diferenças Orçamentárias de Responsabilidade da DBA – 1º Sem/2025
- Memo DB/DBA – 004/2025: Subsídios para a Manifestação do Conselho Fiscal da ELETROS - 1º Sem/2025
- Memo PR/PRJ – 012/2025: Acompanhamento Orçamentário – Planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás e PGA
- Memo DF/DFI – 002/2025: Resultado dos Investimentos - 1º Sem/ 2025
- Memo DB/DBR-002/2025: Justificativas para as Diferenças das Receitas e Despesas Previdenciárias – 1º Sem/2025
- Relatório Gerencial de *Compliance* Nº01/2025
- Relatório Gerencial de *Compliance* Nº02/2025
- Controle de Demandas e Recomendações 2025
- Relatório de Aderência à Política de Investimentos – Jun-2025
- Relatório Gerencial de Riscos – 1º sem 2025

14. Glossário de Termos

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado - refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado - refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

5923
6009
41329
46059

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;
APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;
CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;
CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;
DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;
DF – Diretoria Financeira;
GTI – Gestão de Tecnologia da Informação da ELETROS;
ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;
OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento
PGA – Plano de Gestão Administrativa;
PLD-FT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2025


José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
5923
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
Presidente do Conselho Fiscal


Gustavo Botrel
6009
Gustavo Botrel Coutinho de Melo
Conselheiro Fiscal


Juveor Pereira Da Silva Junior
41329
Juveor Pereira da Silva Júnior
Conselheiro Fiscal


WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO
46059
Wanderson Luiz Lopes Fortunato
Conselheiro Fiscal

Relatório Manifestacao CFE 2025.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 37B60-4D0F5-71486



Solicitação de assinatura iniciada por: Danielle C. A. d. A. C. em 23/12/2025

Assinaturas



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 23 de dezembro de 2025, 17:00:56 | E-mail: jlg*****@gm***** | Endereço de IP: 2804:388:4252:cb46:cc26:baed:1cb6:cf73 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.3.0), iOS | Celular: *****3324



WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 29 de dezembro de 2025, 10:08:24 | E-mail: wan*****@el***** | Endereço de IP: 147.161.128.199 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 143.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-5556



Gustavo Botrel
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 29 de dezembro de 2025, 11:17:28 | E-mail: bot***@on***** | Endereço de IP: 163.116.228.34 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 143.0.0.0, Windows 10 | Celular: *****8981



Juveor Pereira da Silva Junior
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 29 de dezembro de 2025, 11:37:48 | E-mail: juv*****@gm***** | Endereço de IP:
2804:14c:6533:4200:38af:8c93:9a26:5919 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp |
Dispositivo/Aplicativo: Chrome 138.0.0.0, Mac 10.15.7 | Celular: (**) *****-5077